



MARCELINO GOMES

CONSTRUÇÃO DA PAZ SUSTENTÁVEL NA GUINÉ-BISSAU

Dissertação com vista à obtenção do grau
de Mestre em Direito na especialidade de
Direito (Internacional e Europeu)

Orientadora:

Doutora Soraya Nour Sckell, Professora da Faculdade de Direito da Uni-
versidade Nova de Lisboa

Setembro 2021



Declaração antiplágio

Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as minhas citações estão corretamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar.

Marcelino Gomes

AGRADECIMENTOS

Esta Tese de Mestrado em Direito Internacional e Europeu representa um marco muito importante na minha vida de busca d saber, o termo de mais um ciclo de formação durante o qual cresci em conhecimento, o que certamente me irá ajudar a projetar- a minha carreira profissional. A Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa – FDUNL – foi sem dúvida a instituição, por excelência, neste ciclo, período muito decisivo do meu percurso académico. Era impossível dizer que este trabalho representa apenas a minha obra. Em primeiro lugar, quero dedicar os mais sinceros agradecimentos aos meus familiares que sempre estiveram ao meu lado durante este processo de busca de saber. Permitam-me agradecer a colaboração e contribuição dos professores e do Serviço Académico do Programa de Mestrado em Direito Internacional e Europeu, em particular: À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Soraya Nour Sckell, pelas oportunidades que propiciaram o meu crescimento científico ao longo destes últimos anos e pela orientação impecável para a realização do presente trabalho.

Resumo

O presente trabalho pretende analisar o processo de construção da paz conduzido pela Missão das Nações Unidas para a Construção da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) e a participação da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) no processo de garantir a segurança institucional no país através da Missão de Segurança da CEDEAO para a Guiné-Bissau (ECOMIB). Para isso, é avaliado o período compreendido entre 1999, período em que a ONU estabeleceu a sua missão de construção da paz na Guiné-Bissau, e 2020, ano em que foram encerradas todas as missões de consolidação da paz no solo guineense.

O objetivo é evidenciar se tais práticas de construção da paz levadas a cabo por estas missões atrás referenciadas têm ou não contribuído efetivamente para a construção da paz integral, bem como repensar e propor formas alternativas de envolvimento dos parceiros internacionais e regionais no processo, mais adequadas para a construção de uma paz sustentável e duradoura neste pequeno paraíso da África Ocidental.

Os capítulos que compõem esta dissertação espelham as causas de constante instabilidade política na Guiné-Bissau e os esforços empreendidos na busca de uma paz duradora para a Guiné, analisando processos de transformação e consolidação desta paz a nível político, social, securitário e económico. Sem descurar, no entanto, as abordagens, atores e contextos que são elementos fundamentais de análise no mapeamento da construção da paz na Guiné.

Desta forma, e com um objetivo claro de enquadramento conceptual e teórico, serve o presente resumo de porta de entrada para as análises que se seguem e que, de forma mais particular, se concentram em vários dos aspetos aqui identificados, de causas de conflitos à sustentabilidade de construção da paz na Guiné.

Palavras-chave: Construção da paz; Guiné-Bissau, ONU, CEDEAO, Democracia, Conflitos, Transição política.

Abstract

This paper analyses the peacebuilding process conducted by the United Nations Peacebuilding Mission in Guinea-Bissau (UNIOGBIS) and the Economic Community of West African States (ECOWAS) participation in the process of guaranteeing institutional security in the country through ECOWAS Mission in Guinea-Bissau (ECOMIB). For this, it is evaluated the period between 1999, the time where the UN established its peacebuilding mission in Guinea-Bissau, and 2020, the year in which all peacebuilding missions in Guinea were ended.

The objective is to demonstrate whether such peacebuilding practices carried out by these missions referred to above have effectively contributed to the construction of integral peace, as well as to rethink and propose alternative ways of involvement of international and regional partners in the process of making sustainable peacebuilding in this little West African paradise.

The chapters that make up this dissertation reflect the causes of constant political instability in Guinea-Bissau and the efforts undertaken in the search for a lasting peace in Guinea, analysing processes of transformation and consolidation of this peace at a political, social, security and economic level. Without neglecting, however, the approaches, actors and contexts that are fundamental elements of analysis in the mapping of peacebuilding in Guinea. In this way, and with a clear conceptual and theoretical framing objective, the present abstract serves as a gateway of the following analyses which are more focused in the several aspects identified here, from causes of conflicts to the sustainability of peacebuilding in Guinea-Bissau.

Keywords: Peacebuilding; Guinea-Bissau, UN, ECOWAS, Democracy, Conflicts, Political transition.

Abreviaturas e siglas

ANP - Assembleia Nacional Popular

APD - Ajuda Pública ao Desenvolvimento

BM - Banco Mundial

CAJ - Centro de Acesso à Justiça

CCP - Comissão de Consolidação da Paz

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CEEA - Centro de Estudos Estratégicos de África

CNE Comissão Nacional de Eleições

COCN - Comissão para Organização da Conferência Nacional

CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa

CSC-GB - Configuração Específica para a Guiné-Bissau

CSONU - Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas

DERMSDN - Documento de Estratégia para a Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa Nacional

DDR - Desarmamento, Desmobilização, Reintegração

ECOMIB - Missão de Segurança da CEDEAO para a Guiné-Bissau

ECOMOG - Grupo de Monitoramento da Comunidade Económica dos Estados da Africa Ocidental

ECOSOC - Conselho Económico e Social

ESS - Estratégia de Segurança Europeia

EUSSR - Missão da União Europeia de Reforma do Sector de Segurança

FMI - Fundo Monetário Internacional

LGDH – Liga Guineense dos Direitos Humanos

MISSANGA – Missão Angolana de Apoio à Reforma do Sector de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ONU - Nações Unidas

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

PAE - Programa de Ajustamento Estrutural

PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PBF - Peacebuilding Fund

PCSD – Política Comum de Segurança e Defesa

PESC - Política Externa e de Segurança Comum

PESD - Política Europeia de Segurança e Defesa

PM – Primeiro-ministro

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRS - Partido da Renovação Social

RESG Representante Especial do Secretário-Geral

ROLSI - Rule of Law and Security Institutions

RSS - Reforma no Sector de Segurança

UE – União Europeia

UEMOA - União Económica e Monetária do Oeste Africano

UNIOGBIS - Missão das Nações Unidas para a Construção da Paz na Guiné-Bissau

UNODC - Escritório das Nações Unidas para as Drogas e Crime

UNOGBIS - Gabinete de Apoio à Construção da Paz na Guiné-Bissau

WACI - West Africa Coast Initiative

O corpo da tese ou dissertação, incluindo espaços e notas, ocupa um total de 128.923 caracteres.

Índice geral

Resumo	IV
Abreviaturas e siglas	VI
Índice geral	IX
Introdução.....	12
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DAS CAUSAS DOS CONFLITOS NA GUINÉ	16
1.1 A colonização na Guiné-Bissau	16
1.2 Crises no seio do PAIGC pós-independência.....	17
1.3 Golpe de Estado.....	18
1.4 Transição política para o multipartidarismo.....	20
1.5 Impacto geopolítico nos conflitos guineenses.....	21
1.6 Os efeitos dos outros problemas nacionais.....	23
CAPÍTULO II - CONSTRUÇÃO DA PAZ NA GUINÉ-BISSAU.....	27
2.1 O conceito e a prática de construção da paz das Nações Unidas	27
2.2 As primeiras iniciativas de construção da paz.....	34
2.3 A Missão da ONU para a Construção da Paz na Guiné-Bissau.....	35
2.4 Apoios bilaterais de Portugal e Brasil	40
2.5 Reformas no Sector de Segurança guineense	43
CAPÍTULO III. PROMOÇÃO DA COEXISTÊNCIA E RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS	50
3.1 Reconciliação Nacional	50
3.2 Governação democrática	51
CAPÍTULO IV. A SUSTENTABILIDADE DA CONSTRUÇÃO DA PAZ NA GUINÉ (A nível político e judicial, securitário e socioeconómico)	56
4.1. Contextualização	56
4.2 A implementação do novo regime democrático.....	60

4.3 As fases do processo de construção da paz	62
4.4 O processo de paz e a democratização na Guiné-Bissau	66
CONCLUSÃO	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73

Índice de figuras

Figura 1 – Funções dos mecanismos de implementação	33
Figura 2 – Ajuda Pública ao Desenvolvimento bilateral Portugal – Guiné-Bissau, período (2011-2016)	41
Figura 3 - Conceito de consolidação democrática com base no conceito de Stepan e Linz, ao nível macro	53
Figura 4 – Características principais de uma infraestrutura para a paz	59
Figura 5 - Esferas de impacto da democratização	68

Introdução

O processo de construção da paz é um processo complexo, que envolve vários atores e diversos objetivos e que implica decisões e reações também distintas, numa estrutura de análise que se revela cada vez mais multidimensional.

Esta multidimensionalidade define-se tanto em termos verticais, comparativamente a níveis de análise que vão desde o contexto local à implicação de atores externos e o empenho da comunidade internacional, quer em termos horizontais, comparativamente a áreas sectoriais que se intersectam nestes processos, e que examinam desde aspetos políticos e de segurança, até assuntos sociais, económicos, culturais e outros.

É neste difícil panorama que se definem as bases de análise desta dissertação e que se concentram no processo de construção da paz sustentável na Guiné-Bissau, no contributo das Nações Unidas (ONU) e da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), como atores-chaves no processo, através das suas várias presenças na construção da paz na Guiné.

O período de análise desta pesquisa compreende-se do ano de 1999 a 2020 – início e fim da missão de consolidação da paz na Guiné-Bissau.

O problema tido como questão de partida deste trabalho é: Que impactos a Construção da Paz incrementa na estabilidade política e socioeconómica na Guiné-Bissau?

O objetivo primordial deste trabalho visa evidenciar as contribuições da Missão das Nações Unidas para a Construção da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) e a colaboração da missão da CEDEAO neste processo; medir, averiguar e identificar ganhos sociais, políticos e económicos com a presença destas missões.

As hipóteses apresentadas são: Que modelo de construção da paz foi implementado na Guiné? Em que medida as dificuldades encontradas contribuíram para a alteração do papel dos intervenientes no processo?

A escolha do tema prendeu-se com o desejo de compreender as trajetórias para o alcance da almejada paz na Guiné-Bissau em função dos acontecimentos irrequietos que obrigaram às mudanças de paradigmas na sociedade guineense.

A justificação do tema insere-se no período marcado pela guerra civil que durou quase um ano e terminou com o derrube do regime de João Bernardo Nino Vieira e a formação de um governo de transição liderado por Francisco Fadul até as eleições gerais que deram vitória ao Partido para a Renovação Social (PRS) e ao Dr. Kumba Yala como presidente da República.

Porém, a esperança de estabilização e reconstrução do país depositada pela população nas novas lideranças foram defraudadas com as perdas económicas e sociais caracterizadas essencialmente pela escassez de resposta a necessidades, escassez de eletricidade, pela instabilidade política generalizada, falta de liderança, pelas divergências entre os partidos políticos e a ausência de um exército republicano.

O surgimento de novas crises políticas culminou, em 2003, no afastamento de Dr. Kumba Yala como presidente da República, através de um golpe de Estado, e levou de novo o país à formação de um governo de transição liderado por Henrique Pereira Rosa até as eleições que deram vitória a Nino Vieira, enquanto candidato independente, apoiado pelo Kumba Iala e não pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), como é habitual, que optou por apoiar Malam Bacai Sanhá.

As frequentes mudanças políticas, a fragilidade do poder e a influência de uma porção das Forças Armadas enfraqueceram os esforços de vários atores no projeto de estabilização da Guiné e provocou uma constante reação da sociedade em geral através de movimentos de protesto e reivindicações que exigiam a normalização da vida política e a criação de um efetivo Estado de Direito e democrático.

Para o modelo teórico de desenvolvimento da nossa dissertação, servimo-nos da pesquisa bibliográfica para a revisão da literatura e fundamentação teórica do problema. Para o efeito, recorreremos a diversos materiais já publicados disponíveis no formato físico e em dados, ora adquiridos em livrarias, ora consultados nas bibliotecas e plataformas digitais, como *sites* e *blogues* que versam sobre o tema em causa.

Para o nosso estudo, optamos pela metodologia qualitativa que “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”, e para a qual “o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave, sendo que processo e seu significado são os focos principais de abordagem” (KAUARK [et al.], 2010, p. 26).

A dissertação incluirá, também, uma análise perceptível dos intervenientes locais no processo da paz na Guiné. Aqui, a análise cingir-se-á às propostas nacionais para a construção da paz sustentável na Guiné-Bissau, isto é, procurar-se-á compreender a forma como os protagonistas locais percebem a construção da paz e os papéis que estes atores desempenham no processo da construção da paz liderado pelos atores internacionais.

Este trabalho encontra-se estruturado em grupos distintos. No primeiro, encontra-se a Introdução onde está exposto, de forma compendiada, o que se vai tratar ao longo da investigação.

O segundo grupo é o corpo do presente trabalho, dividido em quatro capítulos com os seus respetivos subcapítulos.

O primeiro capítulo faz alusão ao enquadramento histórico sobre as causas dos conflitos na Guiné-Bissau. Esta parte é dividida em seis subcapítulos. No primeiro, serão analisados os efeitos da colonização na atual instabilidade política guineense; o segundo faz um enquadramento político Pós-Independência, caracterizado pela constantes crises no seio do PAIGC e analisando o alargamento destes crises; o terceiro trata de golpes de Estado; o quarto traz um olhar sobre a transição política para o multipartidarismo; o quinto, refere-se ao impacto geopolítico no conflito; e o sexto trata dos efeitos de outros problemas nacionais que também contribuíram para semear instabilidade no país.

No segundo capítulo, será dada ênfase à construção da paz na Guiné-Bissau, recorrendo para tal à análise do processo de transformação e consolidação desta paz a nível político, social, securitário e económico. Esta parte conta com cinco capítulos. O primeiro trata do conceito e prática de construção da paz das Nações Unidas; o segundo, da primeira iniciativa de construção da paz na Guiné, conduzida pela CEDEAO; o terceiro irá fazer um análise exaustiva da Missão das Nações Unidas para a Construção da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS); no quarto, são analisados os apoios concedidos à Guiné, a nível bilateral; e no quinto e último, trata-se o processo de reformas no sector da defesa e segurança.

No terceiro capítulo, é analisada promoção da coexistência e resolução pacífica de conflito. Este capítulo é composto por dois subcapítulos: o primeiro refere-se à reconciliação nacional e o segundo à governação democrata.

O quarto e último capítulo fala da sustentabilidade da construção da paz na Guiné, analisando o contexto da sustentabilidade da paz, procurando medir, averiguar e identificar ganhos obtidos nas áreas social, política, económica e a nível institucional.

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DAS CAUSAS DOS CONFLITOS NA GUINÉ

1.1 A colonização na Guiné-Bissau

O advento da colonização que assolou, em particular, a Guiné-Bissau transportou um potencial de violência que motivou o desenvolvimento de crises permanentes e desordens constitucionais na sociedade guineense, tendo induzido à instabilidade e ao débil funcionamento institucional do novo Estado pós-independência.

Como reforça Coelho (2003, p. 175),

olhando para a história recente das ex-colónias portuguesas (...) em particular, Guiné-Bissau (...) podemos indagar-mo-nos como países emergindo enfraquecidos por guerras coloniais longas e destrutivas. Transportavam ainda um potencial de violência que lhes permitiu desenvolver novas guerras intestinais porventura mais longas e destrutivas. (...) situação arrastada de tensões e estados de pré-conflito como aconteceu na Guiné-Bissau, todas elas suficientes para afetar profundamente a estabilidade e o funcionamento daquelas sociedades.

Uma destas tensões arrastadas é o mal-estar entre os Guineenses e os Cabo-verdianos, logo nos primeiros anos da independência nacional. Os Cabo-verdianos gozavam de privilégios coloniais, tendo mais preparação académica e administrativa do que os Guineenses que, na sua maioria, só têm a Quarta Classe.

A Guerra Colonial mostrou que estava em causa mais do que a simples intensão de ocupação delineada dentro das demarcações cronológicas que lhe são conferidas, induzindo, pelo contrário, particularmente no ano de 1968, a uma militarização da sociedade que nos dá argumentos para dizer que por detrás desse conflito se escondia já a génese de um conflito civil.

Um exemplo disto é a Guerra Civil de 7 de junho de 1998-99¹ que deixou a sociedade guineense ainda mais traumatizada, não só pelas guerras mas também pelos retrocessos causados no desenvolvimento social, económico e na qualidade da educação.

¹ Guerra civil que ocorreu entre junho de 1998 e maio de 1999, em Bissau, e teve como causas imediatas o mal-estar entre o então presidente, Nino Vieira, e o chefe de Estado-Maior, Ansumane Mané, que viria a ser o líder da Junta Militar que derrubou o regime de Nino Vieira.

A militarização em maior escala decorreu nas zonas rurais, onde as dificuldades sociais eram enormes, o que facilita a aproximação e a aculturação de alguns cidadãos desta zona e o seu envolvimento na proteção dos ideais coloniais. Segundo Coelho (2003, pp. 178-179),

O princípio da chamada «conquista da adesão das populações» assentava em dois conceitos essenciais, sequenciais e complementares, definidos como comandamento e acionamento, que indiretamente acabavam por se inscrever na velha filosofia de assimilação – lida como promoção e aculturação – das populações africanas à órbita colonial portuguesa. Desta vez, porém, traduzia-se no esforço administrativo e paramilitar de integrar os homens válidos das aldeias, organizados pelas suas chefias e armados com as suas armas, para realizarem movimentações ditas de autodefesa e de perseguição e deteção de combatentes nacionalistas.

Por outro lado, o processo de luta da libertação colonial seguiu estratégias similares de militarização geral da sociedade guineense. Segundo Amado (2005, p. 34), “A maioria das pessoas recrutadas a participar no processo da luta eram camponeses e careciam de uma preparação militar, isso acabou desenvolvendo na sociedade contemporânea guineense uma cultura de resolver os problemas de uma forma perversa”. O que se traduziu na ausência de diálogo em vários sectores sociais, desde a classe política a umas simples associação juvenil.

1.2 Crises no seio do PAIGC pós-independência

Após o nascimento da Guiné-Bissau como Estado independente, resultado de 11 anos de luta armada dirigida pelo PAIGC, seria oportuno e pertinente o estabelecimento de uma missão das Nações Unidas para a construção da paz. Que, na verdade, iria contribuir positivamente para a construção do novo Estado pós-independência.

A reconstrução da Guiné foi assumida pelos libertadores após o controlo efetivo do país, numa altura em que a economia da Guiné se encontrava numa situação de degradação devido ao conflito armado de 1963 a 1974. Os recursos humanos qualificados e capazes eram quase inexistentes para fazer face às situações encontradas logo nos primeiros anos da independência.

Como sustenta Santos (2018, p. 160), “O Estado independente herdou uma economia caracterizada com a destruição quase que total das infraestruturas de base, uma indústria de nível artesanal e insuficiência de quadros nacionais qualificados”.

A primeira República, dirigida pelo presidente Luís Cabral², de 1974 a 1980, tentou ultrapassar as dificuldades referenciadas atrás por via de uma gestão centralizada no Estado, nacionalização de empresas e um processo de aceleração da industrialização, aproveitamento e enquadramento de novos quadros, recém-chegados de Portugal e Cabo Verde, nas estruturas do Estado. O que influenciou positivamente o crescimento económico, considerável nos primeiros anos da independência. Contudo, alguns anos depois, o país entrou numa crise económica extensa que provocou a escassez de alimentos, deixando ainda mais complexo o processo de construção e de estabilização do país e fortificou o descontentamento já existente no seio do PAIGC.

Segundo Sangreman [et al.] (2005, p. 13) “*Em 1980, a situação económica na Guiné-Bissau era muito má. (...) O Estado tinha revelado uma total incapacidade de resolver os principais problemas da população, e as tarefas políticas tornaram-se cada vez mais complexas*”.

A questão étnica e racial era bastante forte no partido e nas forças armadas, o que, de facto, se tornou numa preocupação das autoridades que pretendiam proteger o projeto de unificação de Guiné e Cabo Verde como um único Estado. Todavia, a vontade dos dirigentes divergia com a da população de ambas as partes, que precisavam de sensibilização para se juntarem ao projeto.

Como sustenta Koudawo (2001, p. 131),

As lutas fratricidas de longa data entre a ala militar e a direção política do PAIGC; as contradições entre guineenses e cabo-verdianos em relação ao projeto Binacional, desejado pelo PAIGC, mas mal-aceite e mal vividos pelas populações dos dois países destinados á pratica administrativa num contexto mal preparado para experiência.

Na verdade, neste ambiente de mal-estar e de constante rivalidade entre Guineenses e Cabo-verdianos no PAIGC, seis anos após a independência, a Guiné-Bissau conheceu o seu primeiro golpe de Estado, em 14 de novembro de 1980, liderado pelo então comissário principal, equiparado a primeiro-ministro, o comandante João Bernardo “Nino” Vieira.

1.3 Golpe de Estado

² Luís Cabral, irmão de Amílcar Cabral, foi o primeiro presidente da República da Guiné-Bissau.

O golpe de Estado de 1980 inaugurou uma nova era de resolução da controvérsia por via da instrumentalização e utilização das forças armadas guineenses. Minou a possibilidade de resolver conflitos internos no PAIGC e de resolver os problemas de desenvolvimento, o que o povo mais precisava. Foi alterada a Constituição da República através da introdução da nova legislação revolucionária, com vista à rescisão temporária do Conselho de Estado e da Assembleia Nacional Popular (ANP).

Os poderes de Estado foram assumidos por um novo Conselho, denominado de Conselho Revolucionário formado na sua maioria pelos militares.

Após o controlo efetivo do país, o novo regime perdeu a oportunidade de reconciliar os Guineenses e reformar o Estado como forma de acabar com a perseguição, assassinatos, divisionismo e intrigas na sociedade guineense.

Segundo Sousa (2012, p. 37), o

novo regime saído do golpe de estado de 14 de novembro de 1980 começou, desde muito cedo, a viver e a sobreviver á custa de falsos golpes de estados de intrigas políticas, de perseguições e sequestro militares e dirigentes de movimentos rivais, quer fossem interno quer no exílio.

De facto, estas intrigas políticas contribuíram para a instigação da Guerra Civil de 7 de junho e de vários golpes de Estado e muitas tentativas de sobressaltos na ordem constitucional.

O envolvimento dos militares nas querelas políticas, até à data presente, contribuiu para a degradação do país, visto que nenhum governo consegue chegar ao fim de um mandato que lhe permita implementar cabalmente o seu programa de governação.

Como sustenta o Relatório Especial do Centro de Estudos Estratégicos de África (CEEAA) (2013, p. 39) “*A politização das Forças Armadas é outro factor determinante da instabilidade na Guiné-Bissau. É essencial definir parâmetros claros para as funções e responsabilidades das Forças Armadas através de reformas legislativas fundamentadas numa avaliação e estratégia realistas de segurança nacional*”.

A politização das forças de defesa e segurança demonstra uma afronta clara ao processo de construção da paz e à democratização desejada com vista ao alcance do objetivo do desenvolvimento do milénio relativo ao respeito dos direitos humanos. O uso do poder militar para fins individuais em detrimento da coletividade tem vindo a crescer dia após dia, deitando por terra os enormes esforços feitos para a estabilização do país.

Segundo a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) (Facebook de 8 novembro 2019), “*A confirmação oficial de tentativas de instrumentalização das forças de defesa e segurança, como arma de arremesso político, para a execução de decretos presidenciais manifestamente ilegais e absurdos, (...), consubstanciam uma afronta à democracia*”.

1.4 Transição política para o multipartidarismo

Os finais da década dos anos oitenta foram palco de acontecimentos que marcaram profundamente as estruturas políticas do país. A Guiné-Bissau vinha tentando ultrapassar esta crise recorrendo às ajudas de organizações financeiras internacionais como Bretton Woods (BW), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) para fazer face às instabilidades financeiras.

A queda do sistema socialista e a perda de credibilidade dos seus representantes criaram condições férteis para a propagação da ideologia liberal como único modelo credível a seguir. A Guiné-Bissau, como um dos países de “terceiro mundo”, percebeu logo que a ausência de democracia e a continuidade do sistema de partido único causariam situações económicas desastrosas. O país abriu-se às *commodities*, ideologias e meios de comunicação, ao mesmo tempo em que o desemprego, a economia geral e a fraqueza começavam a emergir. (PACHICO, 2013).

Esta transição política e abertura da Guiné-Bissau ao processo democrático deparou quase sempre com muita turbulência e instabilidade política, devido, principalmente, à forma como os processos de transição foram conduzidos.

Segundo Koudawo (2001, p. 136),

A Guiné-Bissau aderiu ao multipartidarismo por causa das pressões externas, como: Banco Mundial (B.M) e Fundo Monetário Internacional (F.M.I). Após o colapso dos países socialistas na guerra fria, a Guiné-Bissau não teve como se beneficiar mais de apoio dos seus maiores parceiros (a União Soviética, a Cuba e a China) e se deparou com uma grave crise económica e acabou recorrendo as organizações financeiras internacionais, por duas vezes na década de 80 sem sucesso.

O multipartidarismo foi implementado, descurando a realidade sociocultural do povo guineense e sem que o país tivesse resolvido os seus principais problemas políticos,

económicos, sociais e culturais. Como sustenta Kosta, (2004, p. 71), “*um sistema político deve ser sempre adaptado à realidade em que se insere, não fazendo sentido exigir para a Guiné-Bissau um modelo político de inspiração tradicionalmente ocidental (Portuguesa), fundado numa sociedade pouco ou nada pluralista como é a sociedade portuguesa*”.

As instituições de Bretton Woods apuseram na Guiné-Bissau o seu Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) a fim de corrigir as crises económicas na Guiné. O programa foi introduzido de 1983 a 1987, após a liberalização económica no país. O FMI e BM exigiram em troca dos empréstimos económico-financeiros que a Guiné-Bissau deixasse a economia do tipo soviético, centralizada ou planificada pelo Estado, e aderisse ao modelo de mercado livre, no qual a influência do Estado é reduzida.

Segundo Amado (2005, p. 125),

Perante o insucesso da política de Ajustamento Estrutural nos países africanos, o Banco Mundial, no seu relatório de 1989, afirmava que para ultrapassar a crise de desenvolvimento em África era necessário “esforços sistemáticos para formar uma estrutura pluralista, uma vontade firme a respeitar, um Estado de direito e proteção forte da liberdade de imprensa e dos direitos humanos.

O insucesso do PAE contribuiu essencialmente para ampliar as desigualdades sociais já existentes. No campo social, as medidas de liberalização beneficiaram mais os agricultores privados com os primeiros empréstimos concedidos pelo FMI e o BM. O que não deixou de instigar certos conflitos a nível rural, sobretudo no acesso à terra fértil para atividades de campo (CARDOSO, 1995, p. 264).

Em suma, a nível comercial, a pequena burguesia, na sequência das nacionalizações de vários sectores de rendimento comercial, tinha notado a redução gradual da sua expressão social e do seu poder em benefício da classe burocrática do Estado, que se apoderaram de facilidades e apoios bancários para os seus enriquecimentos rápidos, sem critérios racionais e de capacidade de reprodução de capital concedido.

1.5 Impacto geopolítico nos conflitos guineenses

Apesar das observações feitas das causas internas da instabilidade político-militar da Guiné, é também de realçar a interligação que esta instabilidade pode ter com os fortes interesses regionais e internacionais na Guiné-Bissau. Referimo-nos ao campo geopolítico ocupado pela Guiné-Bissau na arena regional e internacional, principalmente com Portugal de um lado e com França do outro.

A presença de Portugal na vida política guineense é vista como pouco ativa, apesar dos laços históricos, linguísticos e até de sanguinidade.

Segundo Cravo [et al.] (2018, p. 175),

A redefinição da relação com as ex-colónias, em especial africanas, revelou-se a mais complicada. As feridas resultantes da sua história colonial, da guerra de 13 anos e do retorno em massa de centenas de milhares de portuguesas e portugueses das ex-colónias provaram ser difíceis de sarar.

Na verdade, a desconfiança que reinava nos primeiros anos após a independência entre a Guiné-Bissau e o Portugal era enorme, a Guiné pressentia qualquer aproximação de Portugal como uma neocolonização e também o regime de Luís Cabral não era amistoso com Portugal. As aproximações entre a Guiné e Portugal fortificaram-se entre os anos 80 a 99. Apesar de um período sombrio em 1985/1986, devido ao caso de 17 de outubro, no qual se notava uma grande movimentação portuguesa para a libertação de presos políticos guineenses na altura e durante a adesão da Guiné-Bissau à União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) em 1997.

A frieza de Portugal com a Guiné e a entrada desta na Zona Franca exaltaram a presença e o protagonismo da França como um dos melhores parceiros da Guiné. Isto revelou-se na abertura de um grande centro cultural francês no país, no domínio da vida empresarial, por via das suas colónias, sobretudo no domínio das telecomunicações e serviços bancários e financeiros. Todo este contexto motivou uma maior adesão à língua francesa.

O interesse da França na Guiné deve estar ligado a duas das suas ex-colónias, República da Guiné e República do Senegal, que fizeram fronteira com a Guiné-Bissau.

A presença portuguesa voltou à ribalta durante a guerra de 7 de junho, na qual desempenhou um papel crucial na resolução do conflito e de promoção da paz.

Segundo Zeverino, (2005, p. 89),

Os motivos para a intervenção portuguesa são frequentemente atribuídos à proteção dos interesses nacionais, no que diz respeito à operação militar que permitiu a evacuação das

portuguesas e dos portugueses, e/ou como resultado de uma relação especial ou afetiva com a Guiné-Bissau enquanto ex-colónia, que teria encorajado a mediação entre as partes envolvidas assumidas por Jaime Gama, então Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Porém, a motivação da intervenção portuguesa deve, também, estar ligada à forte presença dos militares franceses, senegaleses e guineenses de Conacri no conflito, requisitados por João Bernardo Vieira e ao grito de socorro da comunidade guineense em Portugal e da opinião pública portuguesa, em prol da resolução do conflito e prestação de ajuda humanitária ao país.

1.6 Os efeitos dos outros problemas nacionais

A República da Guiné-Bissau é constituída por diversos grupos étnicos, com tradições e costumes também diferentes. Existem rituais comuns entre alguns, todavia, cada um tem a sua especificidade.

Os guineenses, em geral, realçam os momentos altos da vida, tais como, o casamento, o nascimento e a morte. Todos estes marcos de vida são celebrados por meio de rituais típicos que variam de etnia para etnia, começando pela diferença linguística, dança, tradição musical, até às celebrações culturais.

A transmissão da cultura, normalmente, é feita por via de contos, lendas ou provérbios que se conectam aos acontecimentos vividos no passado. Essas histórias são contadas pelos mais velhos como forma de orientar o futuro promissor dos mais novos. Daí que, como dizem, “*A morte de um velho em África é como que se queimasse uma biblioteca*”. Isto demonstra o valor que o mais velho tem na sociedade tradicional africana.

O cumprimento dos rituais ensinados pelos mais velhos motivara a prática de certos atos que, na sociedade contemporânea, vão contra os princípios fundamentais dos direitos humanos³ e da saúde pública. A prática de mutilação genital feminina decorre na base destas práticas culturais, por um determinado grupo social que sistematicamente defende a sua continuidade na comunidade praticante, contudo, de ponto vista legal, viola os direitos humanos.

³ Carta dos Direitos Humanos.

Como observa Palhares [et al.], (2013, p. 433), “*Mesmo sendo prática milenar, a mutilação genital viola os direitos humanos porque as mulheres são obrigadas a ser submetidas a procedimentos invasivos, dolorosos, potencialmente letais e dos quais não há nenhum benefício á saúde*”.

O casamento forçado ou arranjado também é a matriz de várias outras violências sofridas pelas mulheres e crianças em vários cantos da terra. Esta tradição surge de costumes milenares, nos quais cada povo ou grupos étnicos celebravam casamentos em benefício de interesses particulares, ou por acordos financeiros, entra famílias e até na obtenção de acordos de paz. O que significa que não era uma união voluntária dos cônjuges, mas que acontecia pelo interesse de terceiros.

Na Guiné-Bissau, o casamento forçado é uma outra via de violência contra mulheres e crianças. Motiva às vezes a violência doméstica e sexual e a depravação das mulheres. Este comportamento também resulta da desigualdade em função do sexo, que se justifica na crença de que a sobrevivência da comunidade se deve, particularmente, ao esforço do homem. A linhagem familiar é explicada a partir do masculinismo, além de ser patrilinear é também baseada na sociedade patriarcal, isto é, o homem é o chefe da família.

Sendo assim, o casamento é sempre arranjado pela iniciativa do pai, sem o consentimento da filha. Como sustenta Roque, (2011, p. 38),

O casamento não é necessariamente encarado como uma união entre duas pessoas nem se realiza em função do amor romântico, mas sim como consumação de trocas entre famílias, quase sempre, mediante o pagamento da noiva. Torna a rapariga um bem, que tem que ser mantido puro e limpo; torna as mulheres um bem ou um ser inferior que tem que obedecer.

O assunto das práticas nefastas é relevante em várias vertentes, cultural, religiosa, de saúde pública, de direitos humanos, etc.. Estas são tradições que diminuem os direitos de certas camadas da população, principalmente crianças, jovens e mulheres, obrigando-os a cumprir certos rituais de circuncisão ou a mutilação genital feminina, “fanado da mulher” e o casamento forçado.

Tal como foi defendido por Catarina Furtado, Embaixadora de Boa Vontade do Fundo das Nações Unidas para a População, a tradição choca muitas vezes com as questões ligadas às políticas de planeamento familiar, impedindo as pessoas de optarem por estas vias, cuja existência desconhecem (UNITED NATIONS REGIONAL INFORMATION CENTRE FOR WESTERN EUROPE, 2019).

Na sociedade como um todo, ou em situações próprias de grupos específicos, as interações entre os indivíduos e os contextos socioculturais em que se encontram desenvolvem-se como que um processo de mudança. Esses desenvolvimentos de interações geram efeitos muito importantes na criação dos valores e práticas decentes dos seus membros.

Nesta ótica que a pessoa se amadurece e repensa as suas ações de maneira a modificar os seus atos ao longo da vida, esta aculturação das pessoas pode favorecer o processo da construção de uma cultura de paz.

A falta de boa governação é um outro problema que, de um certo modo, incita à violência na Guiné-Bissau. A governação diz respeito à capacidade do Estado para servir os seus cidadãos (INSTITUTO CAMÕES, s.d.(a)). A administração do Estado é adaptada às reais necessidades das populações através do estabelecimento e respeito pelas regras que articulam os interesses da sociedade. É entendida como uma componente fundamental no processo de desenvolvimento.

Refere-se à forma como as decisões são tomadas e implementadas, sendo constituída por um conjunto de indicadores, tais como: Participação dos cidadãos; Respeito pela lei; Transparência, Orientação para consenso; Equidade e Inclusão de todos os grupos; Efetividade, Eficiência e Responsabilização.

Na Guiné, estes indicadores verificam-se insuficientes, pois não estão estabelecidas as bases para a construção e consolidação da administração do Estado, matriz para a paz social. De acordo com Cooper (2002), *“os fatores económicos e administrativos são as causas principais da ausência do Estado Social na Guiné-Bissau”*.

A instabilidade persistente do país está enraizada em múltiplos problemas institucionais, ou seja, uma estrutura política fraca, um sector de segurança politizado e ações ilícitas, tráfico de drogas, todos eles agravados pela instrumentalização emergente das diferenças étnicas e partidárias (EMBALÓ, 2012, pp. 276-7).

No que diz respeito ao tráfico de drogas e outros crimes transnacionais, o Estado não conseguiu cumprir a sua responsabilidade perante esta situação. A ausência do Estado é bem visível, tanto a nível institucional bem como regional (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2012).

Não obstante o secretário-geral da ONU, também relatores especiais sobre a independência dos juízes e os advogados do relatório da Guiné-Bissau observaram que as estruturas

do Estado estão ausentes a nível local e, por consequência, existem falhas na prestação de serviços sociais básicos.

Esta fraqueza motivou o envolvimento de outros parceiros para fazer face à proliferação de atividades criminosas de narcotráfico no país.

A Rule of Law and Security Institutions (ROLSI), em conjunto com o Escritório das Nações Unidas para as Drogas e Crime (UNODC), constituiu uma equipa de conselheiros a nível policial para coadjuvar as autoridades do país no domínio do estabelecimento de pontos de contacto, tanto a nível interno, bem como no exterior, para colmatar a inexistência de comunicação e de meios técnicos necessários para o combate ao tráfico de drogas e outros crimes transnacionais.

A ROLSI e o UNODC, em parceria com o West Africa Coast Initiative (WACI) (), apoiaram a implementação dos planos nacionais de combate ao tráfico de drogas e crime organizado na Guiné-Bissau (UNIOGBIS, s.d.(a)). Esta iniciativa conjunta permitiu o reforço de controlos nas fronteiras do país, sobretudo nas zonas insulares da Guiné. Como enaltece o escritório regional da UNIOGBIS, localizados nas regiões, *“a ROLSI e UNODC reforçam mutuamente sua própria capacidade de ajudar as autoridades nacionais na prevenção e investigação DTOC”* (UNIOGBIS 2018). Esta colaboração institucional contribuiu para a apreensão de documentos de identificação guineenses ilegais e drogas no Aeroporto Internacional de Bissau e em outros sítios.

A nível político, os parlamentares foram auxiliados na elaboração de legislação adequada, que permita a prestação de contas dos bens de origem duvidosa.

CAPÍTULO II - CONSTRUÇÃO DA PAZ NA GUINÉ-BISSAU

2.1 O conceito e a prática de construção da paz das Nações Unidas

De forma a se compreender melhor o tema “Construção da Paz Sustentável na Guiné-Bissau” é necessário compreender o que define o termo “construção da paz”. Há muitas divergências no entendimento sobre a construção da paz, devido aos estudos realizados segundo diferentes níveis de análise e diferenças ideológicas.

Neste capítulo, analisa-se o surgimento e a evolução do conceito de construção da paz (*peacebuilding*) após a Guerra Fria, com maior ênfase na operacionalização da paz das Nações Unidas.

As operações de manutenção da paz constituíram a principal atividade de paz e de segurança da ONU. Nos seus primeiros anos de vida, estas operações eram formadas por observadores e militares que tinham como responsabilidade:

1. Monitorar zonas não ocupadas pelos combatentes (*buffer zones*);
2. Construir confiança (*confidence building*) entre as partes envolvidas no conflito;
3. Manter cessar-fogos;
4. Estabilizar zonas de beligerância;
5. Apoiar na resolução pacífica dos conflitos (Paris 2004, p. 13).

Ademais, segundo Bellamy [et al.] (2010, pp. 173-174), o conceito tradicional de manutenção da paz estava baseado na trindade sagrada (*holy trinity*), constituída por três princípios básicos: o consentimento das partes, a imparcialidade e o uso da força. O qual continua na prática até aos nossos dias.

O perfil das operações de manutenção da paz⁴ na gestão de conflitos interestatais durante a Guerra Fria manifesta a ideia de paz vigente no cenário internacional da altura. Esse conceito de paz fundamentava-se na procura de pôr termo aos conflitos bélicos que existiam entre Estados, espelhando o conceito de paz negativa de Johan Galtung. Segundo

⁴ A primeira operação de manutenção da paz ocorreu no contexto da guerra árabe-israelita na Palestina (1947-1948).

Galtung (1969, p. 169 e p. 183), a paz negativa é a ausência de violência direta. A violência direta acontece no momento em que os seres humanos destroem os meios necessários para a realização das suas capacidades. Sendo assim, a guerra é um exemplo de violência direta.

Terminada a Guerra Fria, o entendimento da paz como sinónimo da ausência de conflitos violentos evoluiu para o conceito de paz positiva como uma nova visão dominante na atual conjuntura internacional. O conceito de paz positiva pressupõe não só o fim da violência direta mas também da violência estrutural ou da injustiça social. De acordo com Galtung (1969), *“a injustiça social é uma forma de violência que impede a distribuição igualitária de poder e de recursos e, portanto, impõe limites ao potencial dos indivíduos”*.

Naturalmente, a construção de uma paz positiva exige diligências conducentes que permitam a inclusão social na distribuição de poder e de recursos na base de consenso mútuo e de promoção de valores entre Estados, visando a cooperação entre países, o desenvolvimento, a igualdade, a justiça e o pluralismo (GALTUNG 1967, p. 12; 1969, p. 183).

O termo “construção da paz” foi apresentado nos anos 70 por um dos mais destacados precursores dos estudos para a paz, Johan Galtung, no seu livro *Three Approaches to Peace: Peacemaking and Peacebuilding*, e abriu caminho para a exploração teórica deste conceito que continua até aos nossos dias.

De modo a compreender a origem deste conceito, vale a pena recordar os contributos deixados por este académico, que procurou encontrar uma proposta inovadora de redefinição de paz e violência, através da sua obra dos anos 60⁵. Galtung procurou encontrar interligações entre liberais e marxistas no que se refere ao conceito de paz. Na sua percepção de paz, os liberais pretendiam dar ênfase às organizações internacionais, porque argumentam que os Estados podem ser de qualquer forma, desde que “instituições internacionais igualitárias” possam ser construídas (GALTUNG, 1976, p. 303).

Ao contrário, os marxistas alegam que o “sistema interestatal” será capaz de “cuidar de si mesmo” desde que partilhem o mesmo sistema político, isto é, socialismo. Portanto, para Galtung, os marxistas apontavam para o sistema intranacional⁶ (GALTUNG, 1976, p. 303). Galtung concluiu que nenhum desses argumentos poderia, isoladamente, criar à

⁵ Para uma análise mais profunda deste autor, ver Almeida Cravo, 2016b.

⁶ No texto, Galtung não identifica quem são os liberais e os marxistas a que se refere nem cita textos de referência. Para os propósitos deste artigo, contudo, o mais importante é apreender a sua abordagem da paz como uma estrutura de vários níveis.

paz, porque a paz é uma estrutura de vários níveis e que *"must be built within nations as well as between nations"*, e justificou que a *"peace has a structure, and it is an infrastructure more than a suprastructure (although the two are dialectically related)"* (GALTUNG, 1976, p. 303).

Desta exibição, compreende-se o foco do conceito de paz no entendimento do Galtung. O pressuposto de que a paz tem uma estrutura, de facto, que deriva da sua teoria da violência estrutural, em que os conceitos de "paz" e "violência" são relacionados de tal forma que a paz é entendida como a "ausência de violência" (GALTUNG, 1969)⁷.

Nesta ordem de ideias, Galtung conseguiu então apresentar uma distinção entre paz negativa – a ausência de violência pessoal ou direta – e a paz positiva – a ausência de violência estrutural (GALTUNG, 1969, 1996, 1981). A lógica nesta abordagem é que a paz não é apenas a ausência de conflito armado e violência, mas sim a busca da justiça social por meio da igualdade de oportunidades, uma distribuição justa de poder e recursos materiais e uma proteção por e perante o Estado de direito.

Paz, então, significa paz a longo prazo. Significa criar as condições sob as quais os indivíduos da sociedade podem beneficiar de estruturas legais coerentes, ordem pública, estabilidade política e oportunidades económicas. A construção da paz refere-se, assim, a todos os esforços para promover uma paz sustentável através do estabelecimento de instituições que promovam e permitam a resolução não violenta de tensões e disputas.

Para Galtung, a construção da paz é, portanto, diferenciada da manutenção da paz (mantendo um equilíbrio de poder e mantendo as partes em conflito separadas), bem como da pacificação (resolvendo o conflito pela eliminação a fonte da tensão) (GALTUNG, 1976, p. 296).

Esta distinção também se repercutiu no Relatório, muito citado, de 1992 do secretário-geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, intitulado *Uma Agenda para a Paz*, daí, o termo "construção da paz" que tem vindo a ser adotado nos mais diversos círculos, das agências internacionais de desenvolvimento às organizações não-governamentais locais. Ao mesmo tempo, tem sido produzido um corpo impressionante de bibliografia, suscitando

⁷ Esta conceitualização rompe com o entendimento realista da paz como o oposto da guerra. Para a tradição realista, as relações internacionais são caracterizadas como uma constante luta dos Estados pelo poder, de forma que a guerra seria uma constante e a paz, apenas a sua ausência. Os trabalhos de CARR (2001); MORGENTHAU (2003); WALTZ (1979) estão entre os mais importantes desta tradição.

debates importantes sobre as características fundamentais e as principais realizações e limitações da construção da paz⁸.

Boutros Ghali definiu o conceito de construção da paz como a “*ação para identificar e apoiar as estruturas que irão tender, fortalecer e solidificar a paz para evitar um novo conflito*” (UN, Uma Agenda para a Paz).

Os esforços internacionais para apoiar os processos de paz e transições políticas cada vez mais reconheceram a importância dos ajustes inclusivos, ou seja, os esforços para prevenir ou acabar com a violência e sustentar a paz, envolvendo um conjunto amplo de atores. Além de que as estruturas normativas internacionais, incluindo a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - em particular, Objetivo 16⁹, a Agenda de Prevenção e Sustentação da Paz (S / RES / 2282, A / RES / 70/262 e o UN-World Bank Pathways for Peace study)¹⁰, as mulheres, paz e Agenda de Segurança (S / RES / 1325)¹¹ e a Agenda de Inclusão (S / RES / 2250)¹² todos enfatizam o mérito de uma ampla participação nos processos de paz.

Não obstante, o Diálogo Internacional sobre a Construção da Paz e Construção do Estado é uma iniciativa que conecta os países em conflito e fragilidade e os parceiros internacionais em diálogo para, como consta na Declaração de Dili, “*em conjunto moldar e orientar a assistência internacional para apoiar a construção da paz e do Estado*”¹³.

O diálogo político em todas as suas formas é um instrumento indispensável na procura da paz e estabilidade no mundo atual. A importância de um diálogo político aumentou à

⁸ Para uma revisão das origens e da história da construção da paz, ver www.peacebuildinginitiative.org.

⁹ United Nations General Assembly Resolution 70/01, on Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development, A/RES/70/01 (25 September 2015).

¹⁰ United Nations Security Council Resolution 2282, on post-conflict peacebuilding, S/RES/2282 (27 April 2016); United Nations General Assembly Resolution 70/262, review of the United Nations peacebuilding architecture, A/RES/70/262 (27 April 2016); United Nations and World Bank, Pathways for Peace: Inclusive Approaches to Preventing Violent Conflict (Washington, DC: World Bank, 2018), <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/28337>.

¹¹ United Nations Security Council Resolution 1325, on women, peace and security, S/RES/1325 (31 October 2000); UN Women, Preventing Conflict, Transforming Justice, Securing the Peace: A Global Study on the Implementation of United Nations Security Council Resolution 1325 (New York: United Nations, 2015).

¹² United Nations Security Council Resolution 2250, on maintenance of international peace and security, S/RES/2250 (9 December 2015);

United Nations Security Council Resolution 2419, on maintenance of international peace and security, S/RES/2419 (6 June 2018).

¹³ Dili Declaration 2010. For more information: www.pbsbdialogue.org

medida que o mundo avançava através de um período dramático de mudança na natureza do conflito armado e da crise política nas últimas décadas.

Desde o fim da Guerra Fria, o conflito intraestadual ultrapassou a guerra interestadual na forma dominante de conflito violento. A distância dos conflitos intraestaduais atualmente difere das guerras entre os Estados. E, neste contexto, o Diálogo Internacional sobre a Construção da Paz e Construção do Estado criou um conjunto de objetivos críticos de construção da paz e construção do Estado como uma estrutura de envolvimento, bem como um plano de ação constituído dos principais compromissos, sobre quais países estão em conflito e fragilidade, os parceiros internacionais que necessitam de alterar o seu foco, intervenções e formas de trabalhar em conjunto para obter melhores resultados (UN, Human Security Report 2005, p. 177-191).

A literatura sobre os acordos políticos e governação via a constituição como um evento, documento ou instituição dentro um conjunto mais amplo de aspetos jurídicos, políticos e sociais (LAWS, 2012). Da mesma forma, a literatura sobre a construção da paz tem analisado os acordos de paz e as constituições como esforços separados dentro de um processo de paz (SAMUELS, 2009; PARIS e SISK, 2009).

Outros autores sugerem que os acordos de paz e as constituições não são distinguíveis claramente, pois podem fundir-se na forma de “acordos constitucionais de paz” ou “constituições de acordos de paz” (BELL, 2008b, p. 65; EASTERDAY, 2014). Como exemplo, uma constituição provisória pode ser igualmente uma forma de acordo de paz negociado, como na África do Sul, ou como uma constituição de acordo de paz. Sendo que o consenso emerge na relação estreita entre a paz e os processos de elaboração das constituições (WIDNER, 2005; BELL, 2000, 2008b, p. 65; SAMUELS, 2005; BRANDT [et al.], 2011; EASTERDAY, 2014).

A União Europeia (UE), como ator global empenhado na promoção da paz, democracia, direitos humanos e desenvolvimento sustentável, é visto como um ator crível e ético nas situações de instabilidade e conflitos e, por esta razão, está bem posicionada na mediação, facilitação e no apoio ao diálogo, embora, a mediação não seja uma área nova para a UE no sentido de desempenhar um papel internacional mais ativo neste sector (ROSS, 2017).

Este conceito conjunto do Conselho e da Comissão fornece uma base política para o envolvimento da UE na área de mediação e diálogo, apresenta propostas específicas sobre como reforçar a capacidade da União e o apoio aos mediadores. Assim, com base na

atribuição do Comité Político e de Segurança de 31 de julho de 2009, este conceito faz parte do acompanhamento e implementação da Estratégia de Segurança Europeia (ESS) de 2003 e o Relatório do SG / HR de 2008, relacionado com a implementação da ESS que se refere ao empenho da UE na área da mediação e do diálogo.

A UE traz valor agregado e cria um novo caminho para as iniciativas de paz através do seu peso político e financeiro e a sua abrangente abordagem à prevenção e resolução de conflitos, envolvendo a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESC/PESD) e os instrumentos comunitários. Neste sentido, a UE está em excelente posição para disponibilizar incentivos às partes em conflito e pode contar com uma ampla presença na área. Os processos de mediação e implementação de acordos de paz foram e continuam a ser apoiados pelo conjunto de instrumentos de gestão de crises civis e militares, bem como das ferramentas de comércio e desenvolvimento disponíveis (RETTBERG, 2016).

Embora a assinatura do acordo de paz assinale o fim do processo, constitui igualmente o início de outro e pode criar expectativas prematuras de que a guerra terminou (PALADINI e MOLLOY, 2019).

A sustentabilidade de qualquer acordo de paz está dependente da qualidade e robustez com que este é implementado, e a implementação é um processo longo e complexo com um conjunto de desafios e dificuldades. A realidade complexa é que não existe uma ferramenta mágica de aplicação de terceiros para os acordos de paz, que podem ficar de fora das partes e exigir honrar os seus compromissos. Existem, no entanto, formas para a promoção, encorajamento e aplicação dos acordos de paz (LYONS, 2016).

Os acordos de paz podem apoiar a sua própria implementação ao estabelecer ou exigir aos órgãos de implementação, ou seja, os órgãos *ad hoc* e atores, mandatados por acordos de paz para apoiar os esforços e traduzir as disposições do acordo do papel para a prática. Os mecanismos de implementação podem desempenhar um conjunto de funções, tais como:



Figura 1 – Funções dos mecanismos de implementação

Os mecanismos de implementação são uma prática comum no apoio aos processos, podendo, no entanto, variar de contexto para contexto. Podem surgir diferenças na composição dos mecanismos de implementação (FINDLEY, 2013). Exemplos incluem a implementação de mecanismos que compreendem:

- protagonistas de conflito apenas
- atores internacionais
- híbridos de atores nacionais e internacionais
- liderados por ou incluindo a sociedade civil.

Importa referir ainda que os mecanismos de implementação podem assumir um conjunto de formas e existem para ajudar a aumentar a probabilidade de que o acordo de paz seja implementado. Estes mecanismos são mais específicos no que diz respeito ao foco principal em garantir que o cessar-fogo descrito no acordo seja cumprido (ABDENUR, 2018), embora os mecanismos de implementação estejam presentes noutras formas de acordos de paz que abordam questões mais amplas voltadas não apenas para o fim do conflito, mas para a construção de processos políticos e instituições que irão sustentar a paz.

Atualmente, os mecanismos de implementação auxiliam na implementação de compromissos em áreas tão diversas como eleições para reforma agrária, partilha de poder para reformar o sector da segurança e a partilha de recursos económicos para a ratificação e incorporação no Direito interno de tratados internacionais de direitos humanos (BRANNIFF, 2012).

É nesta perspetiva que os pontos a seguir vão analisar as missões de construção da paz na Guiné-Bissau após o conflito de 7 de junho de 1998-99.

2.2 As primeiras iniciativas de construção da paz

De forma resumida, pode dizer-se que as primeiras etapas da implementação da estratégia de manutenção da paz foram levadas a cabo pela CEDEAO e pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que contribuíram na mediação de acordo de paz entre Nino Vieira e Ansumane Mane, assinado em agosto de 1998, em Abuja - Nigéria.

Este acordo levou ao entendimento entre Nino Vieira e Mane em estabelecer o cessar-fogo, retirar completamente todas as forças militares estrangeiras envolvidas no conflito, realizar eleições legislativas e presidenciais até março de 1999 (S/1998/1028).

O acordo convidava o envio de uma Força de Interposição do Grupo de Observadores Militares (ECOMOG)¹⁴ da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), visto como responsável no estabelecimento de um acordo de cessar-fogo e por conter os focos mais graves de tensão no país durante os primeiros períodos de guerra civil (ECOWAS, 2018).

É de salientar que a ECOMOG não era uma força da ONU, mas de uma organização sub-regional. Todavia, a sua atuação viria a ser endossada depois pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (S/RES/1216).

A ECOMOG foi instituída através de um protocolo denominado ‘Protocol on Mutual Defense Assistance’, em 1981, em Freetown, Serra Leoa.

Segundo o ECOWAS *Mediation Guideline* (2018, p. 11),

ECOWAS was established in May 1975 with the vision of ‘creating a single regional economic community through integration and collective self-reliance’. In these early years, although peace and security were not explicitly mentioned in the ECOWAS Treaty, Member

¹⁴ Grupo de Monitoramento da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.

States felt the need to agree on a set of security arrangements that would govern their relations with regards to collective security, defence and non-aggression.

A este respeito, Estados-membros da CEDEAO adotaram dois protocolos-chaves: Protocolo sobre a Não Agressão, assinado em 1978 (ECOWAS, 1978), e Protocolo sobre Assistência Mútua em Defesa (ECOWAS, 1981).

Essa força militar foi utilizada duas vezes: a primeira foi em Serra Leoa, em 1997, e a segunda na Guiné-Bissau, em 1999. Em Bissau, a sua missão consistia em manter a paz e facilitar a implementação do Acordo de Abuja e a retirada de todas as forças estrangeiras envolvidas no conflito civil guineense.

A expectativa que África e a Comunidade Internacional tinham em como a ECOMOG seria capaz de responder às questões relacionadas com a paz e segurança regional caiu por terra. Como sustenta Viegas (2013, p. 111), “*Após o seu fracasso na Libéria, a ECOMOG tinha a oportunidade para corrigir e provar que era uma força verdadeiramente capaz e responsável para conter conflitos regionais*”.

O resultado da missão da ECOMOG demonstrar-se-ia limitado, devido às dificuldades logísticas e financeiras constatadas pela missão (ADEBAJO, 2002, pp. 119-124).

Este esforço de manutenção da paz aconteceu no momento em que a situação era bastante delicada, visto que a guerra civil provocou um grande vazio político no país e uma grande insegurança na população, que obrigou à intervenção da comunidade internacional para manter a paz na Guiné-Bissau.

A presença das Nações Unidas no processo de paz guineense é sentida só após a assinatura do acordo de Abuja. Uma das diligências mais notáveis foi o estabelecimento do Gabinete de Apoio à Construção da Paz na Guiné-Bissau (UNOGBIS - United Nations Peacebuilding Support Office in Guinea-Bissau), em março de 1999 (S/RES/1233, ponto 7). A missão foi solicitada pelo governo guineense e posteriormente autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU.

2.3 A Missão da ONU para a Construção da Paz na Guiné-Bissau

O envolvimento da missão de paz das Nações Unidas iniciou-se com o UNOGBIS, instalada na Guiné-Bissau com a finalidade de proporcionar um quadro político e de

liderança para a harmonização e integração das atividades do sistema das Nações Unidas na Guiné-Bissau, durante o período de transição, e facilitar a estreita colaboração entre as partes envolvidas no processo, a CEDEAO, ECOMOG e os outros parceiros nacionais e internacionais na implementação do Acordo de Abuja.

Como sustenta a resolução S/RES/1233 (1999, ponto 3),

encoraja todas as agências, programas, gabinetes e fundos de sistema das Nações Unidas, incluindo as instituições de Bretton Woods, bem como os outros parceiros internacionais a apoiarem a missão de UNOGBIS (...) para em conjunto com o governo da Guiné-Bissau estabelecer uma aproximação compreensiva, concertada e coordenada para a construção da paz na Guiné.

O objetivo primordial do UNOGBIS, em conformidade com o seu mandato inicial, era ajudar na criação de um *“ambiente favorável à restauração e à consolidação da paz, da democracia e do Estado de direito, e à organização de eleições livres e transparentes”*, incluindo apoiar as partes a respeitar o acordo de Abuja (S/1999/232, parágrafo 1).

O papel da ONU em apoiar a realização das eleições legislativas e presidenciais foi muito importante. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) concedeu apoio técnico às autoridades nacionais durante o processo eleitoral, incluindo, a elaboração do plano operacional para a capacitação da Comissão Nacional da Eleição (ADE-BAJO, 2002, 127-128).

Os relatórios das Nações Unidas mostram que o PNUD apoiou no recenseamento eleitoral mais de meio milhão de eleitores, além de ter feito uma *“campanha de educação cívica para informar e educar os eleitores sobre o processo eleitoral”* (S/1999/1276, parágrafo 16). O UNOGBIS proporcionou debates eleitorais entre os candidatos e liderou os esforços de observação eleitoral (S/1999/1276, parágrafos 17-19).

Após o período eleitoral, o papel das Nações Unidas continuava ativo em diversas áreas da vida política guineense, segundo os relatórios do secretário-geral da ONU sobre as atividades do UNOGBIS, e o desenvolvimento na Guiné-Bissau demonstra que o Escritório passou a prestar apoios nas negociações sobre os papéis dos militares no período democrático (S/2000/250, parágrafo 7) e na formação de funcionários dos poderes legislativo e judiciário (S/2001/622, parágrafo 24).

Por outro lado, esforços diplomáticos feitos em Nova Iorque, a partir de 2002, foram direcionados para a criação do denominado Grupo Consultivo *Ad Hoc* para a Guiné-Bissau, criado sob a égide do Conselho Económico e Social (ECOSOC). Este grupo procura

fortalecer ligações entre as questões de paz e segurança e as de desenvolvimento nos esforços de construção da paz (PRANTL, 2006, p. 149).

O Grupo *Ad Hoc*¹⁵ para a Guiné-Bissau era composto por cinco Estados-membros das Nações Unidas (África do Sul, Brasil, Países Baixos, Portugal e a Guiné-Bissau) e tinha como propósito advogar em favor da Guiné que geralmente não tem facilidade de acesso à linha de crédito financeiro internacional. Também tem a função de “*examinar necessidades humanitárias e econômicas da Guiné-Bissau, analisar programas de apoio necessárias e dar recomendações em como gerir apoios da comunidade internacional*” (PRANTL, 2006, p. 151).

O mandato do Grupo *ad hoc* para a Guiné-Bissau foi encerrado em julho de 2008, após a inclusão do país na agenda da Comissão de Construção da Paz (E/RES/2008/30).

Na sequência de integrar diretivas que promovessem maior coerência nas atividades da missão das Nações Unidas no processo de país na Guiné, o UNOGBIS foi substituído pelo Gabinete Integrado de Construção da Paz da Missão das Nações Unidas para a Construção da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS). O novo gabinete tem funções mais alargadas e funciona como ponto focal das ações da ONU na Guiné-Bissau.

A principal função da UNIOGBIS é auxiliar a Comissão de Consolidação da Paz (CCP) nas suas atividades em relação à Guiné-Bissau, apoiar o governo guineense em várias áreas, tais como: Reforma do Sector de Segurança, Promoção de reconciliação nacional e Fortalecimento das instituições do Estado de Direito (S/RES/1876, parágrafo 3).

No que tange ao **Estado de Direito**, convém ressaltar que os sistemas legislativo e judiciário, mesmo antes da guerra civil, eram bastante desatualizados. Não reuniam requisitos necessários de forma a responder às demandas de todas as franjas da sociedade presentes no país, motivo pelo qual é comum a preocupação que a sua falta de imparcialidade possa contribuir para a continuidade das instabilidades no país.

Assim, fortalecer o Estado de Direito foi uma das prioridades da UNIOGBIS¹⁶ no seu programa para a construção da paz, enfim, o objetivo era prevenir o surgimento de novos focos de divergência ou conflito no país. Por este motivo, foi criado um centro de apoio

¹⁵ Os documentos relativos ao Grupo Consultivo *ad hoc* para a Guiné-Bissau, inclusive as suas recomendações e os relatórios das suas atividades, estão disponíveis em <https://www.un.org/en/ecosoc/adhocmech/bissau.shtml> (última consulta em 05.02.2013).

¹⁶ Ver resolução n. S/RES/1876 (2009, parágrafo 3).

a justiça (CAJ) (MONTEIRO 2016), através do Programa de Estado de Direito e Segurança do PNUD, liderado pelo Ministério da Justiça, e que tem por objetivo promover mecanismos alternativos de resolução de conflitos através de mediação e conciliação, na prestação de serviços de apoio jurídico gratuito às populações, contribuindo assim para o cumprimento dos direitos humanos e Estado de Direito, sobretudo nas regiões, através do fornecimento das informações aos grupos mais vulneráveis da população sobre os seus direitos e o sistema de justiça, bem como prover aconselhamento, assessoria e assistência jurídica gratuita.

Quanto às reformas no **sector da defesa e segurança**, apesar dos grandes esforços feitos no sentido de implementar reformas almejadas nestes setores, para dar mais credibilidade a estas instituições, fortalecer e modernizar os seus desempenhos, ainda continuam adiantadas e *sine die*. Permanecem visíveis os erros cometidos em relação à garantia e proteção dos direitos humanos dos civis e também em relação a própria formação e à qualidade do serviço prestado por essas instituições.

Outro ponto importante, que mereceu a atenção da UNIOGBIS, foi a questão da politização dos militares, que costuma ser causa e fator impulsionador de conflitos no país. A solução apontada e que, também, motivou a criação da UNIOGBIS partiu do pressuposto de que é preciso que a sociedade tenha confiança nas instituições políticas e de segurança.

Como sustenta Gomes (2009, p. 25), “*construir instituições funcionais, de um estado de direito e a democracia multipartidária são considerados fatores essenciais para assegurar a estabilidade e a viabilidade do país*”.

Por último, o processo da **reconciliação nacional**. Na verdade, um país saído de conflitos, normalmente, precisa de estratégias ou mecanismos adequados para fazer face aos abusos ou violações dos direitos humanos cometidos durante o conflito e apurar a verdade dos factos que permite promover a reconciliação, construir o futuro mais democrático, justo e pacífico. A ferramenta que consubstancia o conjunto de estratégias e mecanismos necessários para este efeito é a Justiça de Transição.

O termo “justiça de transição” é um termo comumente usado, atualmente, no âmbito internacional, em direitos humanos e círculos diplomáticos (MOORE, 2012). A justiça de transição pode ser definida como

o esforço para a construção da paz sustentável, após um período de conflito, violência em massa ou violação sistemática dos direitos humanos. O objetivo da justiça de transição

implica processar os perpetradores, revelar a verdade sobre crimes passados, fornecer reparações às vítimas, reformar as instituições perpetradoras de abuso e promover a reconciliação (VAN ZYL, 2009) ¹⁷.

Baseando nessa mesma linha de pensamento, a “nota orientadora” do secretário-geral da Organização das Nações Unidas, em 2010, refere-se à justiça de transição como um “*conjunto de processos e mecanismos, incluindo iniciativas de investigação criminal, facilitação de iniciativas com respeito ao direito à verdade, à entrega de reparações, reforma institucional e consultas nacionais*” (UNITED NATIONS, 2010) ¹⁸.

O tema da justiça de transição na Guiné-Bissau tem vindo a ser discutido como uma possível resposta para lidar com os acontecimentos traumáticos ocorridos durante a guerra civil de 7 de junho e os sucessivos golpes de Estado e outros crimes que estão por esclarecer.

Foi nesta ótica que a Assembleia Nacional Popular guineense (ANP) criou, em 2009, a Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação que, através da Comissão para a Organização da Conferência Nacional (COCN) “Caminhos para a Paz e Desenvolvimento”, é a principal responsável pelo processo de reconciliação, diálogo e justiça desejado para a Guiné-Bissau.

Estas organizações realizaram vários eventos públicos e semiprivados entre os atores-chaves, a fim de promover a confiança e o diálogo e facilitar convivências entre as principais facções políticas e militares, bem como no seio de dirigentes comunitários, sociedade civil e grupos de cidadãos guineenses.

Os principais direitos presentes em contextos de justiça de transição são os direitos à verdade¹⁹, à justiça, à reparação e à prevenção. Estes direitos resultam dos instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos, bem como da jurisprudência dos tribunais internacionais e nacionais e foram sistematizados através dos chamados Princípios de Joinet/Orentlicher, (GONZÁLEZ e VARNEY, 2013).

¹⁷ Paul Van Zyl é Vice-presidente do International Center for Transitional Justice e Professor da New York University School of Law.

¹⁸ Tradução livre.

¹⁹ O direito à verdade pressupõe o conhecimento de toda a verdade quanto aos acontecimentos e circunstâncias das violações de direitos humanos ocorridas, incluindo quem as perpetrou, como, quando e porquê. O então secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, referiu que “*conhecer a verdade oferece às vítimas individuais e às suas famílias uma forma de encerrar um ciclo, restaurar a sua dignidade e conhecer, pelo menos, alguma reparação pelas suas perdas*” (DW 2016).

A Constituição da República da Guiné-Bissau contém provisões importantes, como o seu artigo 32.º, sobre acesso à justiça. Este direito pressupõe que as vítimas tenham acesso a determinados mecanismos (criminais ou não criminais) que garantam a realização dos fins da justiça que forem privilegiados em cada sistema, tipicamente envolvendo reparação e punição.

A justiça de transição pode incluir práticas de justiça retributiva, mas também de justiça restaurativa. O modelo da justiça restaurativa baseia-se fundamentalmente na importância da reconciliação e reparação, ao invés do julgamento e punição do comportamento criminal, (MIRSKY e LAURA, 2003).

Assim, enquanto a justiça punitiva se foca na responsabilidade individual de quem cometeu o ilícito criminal, a justiça restaurativa vê o fenómeno criminal como derivado de injustiças estruturais inerentes à sociedade, implicando, conseqüentemente, uma responsabilidade coletiva.

Enquanto a justiça punitiva se centra no “castigo” ou “consequência” do ilícito criminal cometido, a justiça restaurativa assume uma função quase terapêutica, visando empoderar todas as partes envolvidas, através da figura central das reparações.

2.4 Apoios bilaterais de Portugal e Brasil

Portugal

Durante os primeiros anos de independência da Guiné-Bissau, as relações entre Portugal e a Guiné eram muito sombrias. Notavam-se alguns momentos de tensão durante o regime de Luís Cabral²⁰, visto por alguns políticos portugueses como agressivo, mas, após o golpe de Estado de 1980, a relação entre os dois países voltou à normalidade, o que motivou as novas autoridades a recorrer aos apoios da cooperação portuguesa “*vista como a chave para os problemas do país*” (GOMES, 2014, pp. 499-500).

Todavia, após os cinco anos do mandato do Presidência de Nino Vieira, isto é, em 1985, as relações entre os dois países foram assombradas por duas razões: o caso 17 de outubro, no qual se verificava a forte intervenção diplomática portuguesa para a libertação de

²⁰ Em particular, a execução de alguns dos Comandos Africanos, tropas guineenses que tinham sido integrados no exército português durante a guerra colonial/luta de libertação (Nóbrega, 2003: 214).

presos acusados de conspiração; e a adesão da Guiné-Bissau à Zona Franca em 1997, sentida a retirada do apoio português no país.

A retoma das relações saudáveis aconteceu durante a guerra de 7 de junho de 1998-99, na qual Portugal viria a desempenhar um papel mais proeminente na resolução do conflito e de promoção da paz em Bissau. A motivação da intervenção portuguesa baseava-se em três fatores: a proteção dos interesses nacionais, referente à operação militar para a evacuação dos portugueses que se encontravam em Bissau; a relação histórica com a Guiné-Bissau enquanto ex-colónia, que teria motivado a sua envolvimento na mediação de conflito de 7 de junho, assumida por Jaime Gama, então ministro dos Negócios Estrangeiros (ZEVERINO, 2005, p. 89); e a mobilização da opinião pública portuguesa e da comunidade guineense em Portugal solicitando a prestação de ajuda humanitária ao país.

O envolvimento português nos processos de construção da paz na Guiné centrava-se no apoio a sectores sociais, como a saúde e a educação, e na capacitação institucional, principalmente nos sectores judicial e de segurança (ROQUE, 2009).

A importância dos sectores da segurança e justiça na cooperação portuguesa é notória no seu papel decisivo na organização da Conferência Internacional sobre o Combate ao Tráfico de Drogas, em 2007, em Lisboa, bem como na sua participação na Reforma do Sector de Segurança e Defesa, particularmente na criação da Missão da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia (PCSD) em 2008.

Portugal tem sido o maior doador bilateral da Guiné-Bissau. No período 2011-2016, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) bilateral Portugal – Guiné-Bissau, **figura 2**, apresentou os seguintes valores, em euros (INSTITUTO CAMÕES, s.d. (b)):

Figura 2 – Ajuda Pública ao Desenvolvimento bilateral Portugal – Guiné-Bissau, período 2011-2016

2011	2012a)	2013 a)	2014	2015	2016
9 829 376 €	7 400 231 €	6 054 326 €	8 410 138 €	12 324 146 €	11 730 271 €

Brasil

A participação do Brasil no processo de construção da paz na Guiné-Bissau é vista como uma oportunidade para os dois países. De um lado, é uma oportunidade para a diplomacia

e o governo brasileiros mostrarem a sua capacidade nos processos de construção da paz a nível internacional. Enquanto para a Guiné-Bissau, a participação brasileira é relevante na medida em que vários parceiros deixaram o país devido à instabilidade política que se vivia após o golpe de Estado em 2012 (ABDENUR & SOUZA NETO, 2013, p. 113).

Por outro lado, deve-se compreender que a participação brasileira em África, particularmente na Guiné-Bissau, é vista como uma atuação muito importante para a estratégia de inclusão internacional e afirmação do próprio Brasil como potência emergente. É uma valia para qualquer grande potência participar em desafios normativos e debates de segurança internacional (STOLTE, 2015, p. 147).

A posição do Brasil como um Estado emergente e a sua capacidade de conduzir um processo de estabilização dos países pós-conflito podem ser sinais da sua preparação para ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Aliás, desde o período da Liga das Nações, o Brasil sonha em fazer parte dos membros permanentes no Conselho de Segurança. Segundo Stolte, (2015, pp. 143-144), *“Essas ações brasileiras na África podem, portanto, ser lidas como uma tentativa de convencer os países africanos dos benefícios que uma cadeira brasileira no Conselho de Segurança traria para suas sociedades”*.

O envolvimento brasileiro foi altamente marcado pela sua participação na missão de paz das Nações Unidas na Guiné-Bissau, presença essa que se deu sobretudo através da Comissão de Consolidação da Paz.

As maiores áreas de atuação do Brasil na Guiné-Bissau são, segundo Jorge Kadri (2014, p. 21), Embaixador do Brasil na Guiné-Bissau entre 2008 e 2012:

formação de capacidade, de lideranças, quase de renovação do Estado, criação do Estado, eu acho que condições mínimas para que o país possa ser um Estado efetivo, com qualificações para governar. Porque a nossa cooperação foi em múltiplos setores. Foi desde Forças Armadas, segurança, saúde, educação, cultural, direitos humanos. Enfim, um leque muito grande: formação técnica, combate à Aids, que é um projeto muito bonito. O Brasil, todo ano, doa sete toneladas e meia de antirretrovirais para o governo da Guiné-Bissau.

Brasil e Guiné-Bissau cooperaram na construção de um centro de formação policial e para forças de segurança. Esse projeto insere-se no quadro de apoio à implementação de reformas no sector da segurança, que irá facilitar a preparação profissional das forças policiais da Guiné-Bissau e ajudar na definição das suas funções com na de militares (ABDENUR, 2017, p. 467).

As ações brasileiras na Reforma no Sector de Segurança (RSS) na Guiné-Bissau visam, sobretudo, a redução do números de efetivos nas áreas de defesa e segurança, bem como a modernização das Forças Armadas.

2.5 Reformas no Sector de Segurança guineense

A Reforma no Sector de Segurança (RSS) é sempre vista como uma oportunidade para modificar várias instituições do Estado de forma a corresponder às expetativas e necessidades da população, promovendo o desenvolvimento sustentável (RODRIGUES e LE-ANDRO, 2012), e “enquadra-se no contexto das intervenções internacionais para a construção da paz” (CARVALHO, 2010) num contexto de múltiplas dimensões.

A RSS é tida como prioridade para a segurança nacional e internacional com vista ao desenvolvimento e como resposta para vários problemas do país. Sendo assim, a RSS vai ajudar no desenvolvimento de estruturas apropriadas para a prevenção de conflitos. Segundo Gorjão, *“enquanto não houver a RSS (...) eu não acredito que na Guiné-Bissau haja alguma solução duradoira, porque a fonte de poder na Guiné-Bissau não é o poder civil. São os militares, sempre o foram desde a independência”* (GORJÃO, 2011).

A RSS é definida como

a transformação do sistema de segurança, que inclui todos os sectores, seus papeis, responsabilidades e ações, de modo a gerir e executar o sistema de um modo mais consistente com as normas democráticas e princípios sólidos de boa governação e, assim, contribuir para um bom funcionamento da estrutura de segurança (CAD-OCDE, 2004).

Surge *“como parte de uma agenda internacional para promover a paz sustentável e desenvolvimento nas sociedades em transição de conflito ou regime autoritário de longo prazo”* (BRYDEN, NDIAYE e OLONISAKIN, 2008).

Foi com base neste entendimento que o processo de reformas na área de defesa e segurança guineense foi iniciado logo após a independência através de várias iniciativas para promover a paz e a reforma do sector de segurança. Todavia, foi a partir do conflito de 7 de junho de 1998 a 1999 que a RSS passou a ser vista como prioridade e necessária para a construção da paz.

A Reforma do Sector da Defesa e Segurança é considerada essencial para a construção da paz sustentável na Guiné-Bissau e projetar o desenvolvimento. A instabilidade político-militar e a impunidade generalizada demonstram a necessidade de reforçar as

capacidades institucionais em todas as áreas. Como sustenta Ban Kin Moon, “*Na Guiné-Bissau, descobrimos que instituições fracas a múltiplos níveis continuam a ser das principais causas para a instabilidade política e falta de desenvolvimento socioeconómico*” (DW 2016).

A constante instabilidade vivida na Guiné-Bissau relaciona-se com a fraqueza das instituições, que não capazes de garantir serviços públicos básicos e viabilizar o Estado.

A questão de promover equilíbrio nas forças militares é vista como pedra angular para evitar a politização dos militares e sobressaltos da ordem constitucional e privilégios étnicos nas forças de defesa e segurança guineenses. Como enaltecem O'Regan [et al.] (2013, p. 39) “*A politização das Forças Armadas é outro factor determinante da instabilidade na Guiné-Bissau*”. É importante a definição de critérios claros para exercícios das funções nas Forças Armadas através de reformas de leis nacionais.

A discriminação étnica, em especial no seio das Forças Armadas, deve ser um problema recente no país. No decorrer da guerra de libertação nacional contra o regime colonial português, de 1963 a 1974, e os primeiros períodos após a independência, a diversidade étnica na Guiné-Bissau nunca foi usada como meio de instrumentalização política.

Como confirma o Relatório Especial do CEEA (2013, p. 25),

A instrumentalização política da etnia surgiu inicialmente no período de transição pós-conflito, em 1999, nas disputas entre o recém-eleito Kumba Ialá e o General Mané, e na postura assumida por ambos. Num esforço para consolidar a sua autoridade, Ialá havia exonerado dezenas de oficiais das Forças Armadas e concedera promoções quase exclusivamente a Balantas, a sua etnia, que constituindo um quarto da população, é por uma pequena margem o maior grupo étnico do país.

A questão transformou-se num forte ponto de discórdia durante um período difícil de transição, particularmente entre os que corriam o risco de perder posições privilegiadas nas Forças Armadas, em vésperas de uma vasta desmobilização pós-guerra. O desentendimento no seio das Forças Armadas aumentou, e os oficiais demonstraram os seus desgostos com a composição étnica das Forças Armadas. O que vinha a ser atenuado em dezembro de 2004, depois da morte de Mané e do afastamento de Ialá através de um golpe militar.

Segundo O'Regan e Thompson (2013, p. 26), “*Numa tentativa de reequilibrar a situação e obter um consenso, foram readmitidos nas Forças Armadas 65 oficiais e promovidos uma série de apoiantes de Mané e Vieira, ficando a chefia a cargo de um Balanta*”.

A RSS continua a ser vista como uma oportunidade para transformar as instituições do Estado de forma a corresponder com as expectativas e necessidades da população, ajudando a estabilizar o país e a relançar o desenvolvimento humano, social e económico, (RODRIGUES e LEANDRO, 2012), enquadrando-se estas necessidades e expectativas “*no contexto das intervenções internacionais para a construção da paz*”, com suporte multidimensional. (CARVALHO [et. al.] 2010, p. 51).

Nesta ótica do entendimento da importância da RSS, a Guiné-Bissau elaborou um Documento de Estratégia para a Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa Nacional (DERMSDN). O Documento define linhas mestras para a condução da RSS e baseia-se no manual de reforma do sector de segurança da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2007). O seu objetivo é responder aos desafios de insegurança em que o país se encontra.

Como base deste Documento intervieram vários parceiros da Guiné para ajudar na implementação da reforma neste sector.

A Organização das Nações Unidas

A ONU entende a RSS como um processo de acompanhamento, retificação, implementação e análise do sector da segurança (UNITED NATIONS, falta no). Segundo o Relatório do Secretário-Geral para a RSS (UNITED NATIONS, 2008, parágrafo 14), o objetivo da RSS é criar uma segurança eficaz e responsável para o Estado, baseada na inclusão e respeito pelos direitos humanos e princípios democráticos. Tal como enaltece a resolução do Conselho de Segurança da ONU, o objetivo da RSS é acabar com a violência militar e iniciar o processo de desmobilização dos efetivos das forças armadas (S/RES/1216).

A pedido do governo da Guiné-Bissau, a Comissão de Construção da Paz elaborou uma estratégia denominada “Strategic Framework for Peacebuilding in Guinea-Bissau”. A estratégia tinha por missão proceder a reformas na área de segurança através de um programa - DERMSDN - adotado em 2006, que estabelece um quadro único de atribuição de prioridades e responsabilidades no exercício de funções de partes no processo.

O Enquadramento Estratégico da ONU na Reforma do Sector de Segurança indica para a generalidade das propostas elaboradas pelo governo em 2006 e nas quais foi abordada a questão étnica. Nesta ótica, foi manifestada a necessidade de efetuar um redimensionamento da estrutura das Forças Armadas. Também foi proposto o desenvolvimento de iniciativas para legislar e criar políticas que façam face ao tráfico de drogas.

Após a revisão da intervenção da ONU na estabilização do país, através da atribuição de um novo mandato à UNIOGBIS, em 2004, a Guiné-Bissau e a ONU passaram a intervir de forma coordenada nos processos da Reforma no Sector da Segurança. O Representante Especial do Secretário-Geral (RESG) das Nações Unidas para a Guiné-Bissau passou a usar dos seus bons ofícios para apoiar na construção de confiança entre as partes envolvidas nas crises e na prevenção de tensões (UNIOGBIS, s.d.(b)).

A Missão da União Europeia para a RSS na Guiné-Bissau

Após as eleições presidenciais de 2005, foi alcançada uma estabilidade político-militar que permitiu a intervenção profunda no sistema de segurança e defesa (Damien, 2009a). O governo guineense convidou a equipa do Reino Unido (*Security Sector Development Advisory Team*)²¹ para apoiar o país na preparação do *Documento estratégico de reforma no sector de defesa e segurança* (S/RES/1876, 2009).

O Documento Estratégico foi preparado tendo em consideração “as orientações que presidiram á elaboração desta reforma e que foram inspiradas nos princípios do CAD-OCDE”²². O Documento Estratégico “apresenta uma análise do setor, desvendando as raízes dos problemas que o assolam, escrutinando a situação atual, identificando os constrangimentos e as ameaças, e propõe soluções” (S/RES/1876)²³. A estrutura do Documento observa:

uma contextualização da evolução no sector da defesa e segurança; o diagnóstico da situação no sector da defesa e segurança assim como no domínio da justiça; os objetivos da reforma; as estratégias e respetivas opções estratégicas a levar a cabo, e o quadro organizacional para a implementação, seguimento e avaliação da transformação preconizada (S/RES/1876, parágrafo 3).

²¹ Esta equipa participou na condução da RSS na Serra Leoa e por isso o governo aproveitou as suas experiências.

²² Governo da Guiné-Bissau (2006), Op. cit., p.3.

²³ Cfr. Telatin, Michela (2009), Op. cit., p.30.

Na sequência de insuficiências de apoios para a transformação do sector de segurança e incapacidade do governo guineense de levar avante a implementação da reforma no sector da defesa e segurança, o mesmo solicitou o apoio da União Europeia, no âmbito da PCSD, na materialização desta reforma. Assim, a UE enviou duas missões de avaliação: a primeira em maio de 2007 e a segunda em outubro do mesmo ano. Assim, o Conselho da UE estabeleceu, em 12 de fevereiro de 2008, a missão da UE para a Reforma no Sector de Segurança guineense no âmbito da PCSD²⁴. Os intervenientes mais destacados na materialização desta iniciativa são: Portugal, Espanha e França, (DAMIEN, 2009a, p. 370).

As características da missão são: Trabalhar de forma multidisciplinar, ligando aspetos militares e civis, cuidar mais das áreas de defesa, segurança e justiça (DAMIEN, 2009a, p. 370). A tarefa principal da missão era prestar às autoridades guineenses “*conselho e assistência no quadro da reforma do sector de segurança, a fim de contribuir (para) criar as condições de aplicação da estratégia nacional de Reforma do Sector de Segurança*”, em parceria com outros intervenientes, tanto a nível da UE, bem como a nível bilateral e multilateral, visando facilitar o cumprimento das promessas de doadores (DAMIEN, 2009a, p. 370).

O mandato da missão era de 12 meses e constituída por: General Juan Esteban Verástegui, de nacionalidade espanhola que chefiava a missão, 21 conselheiros/técnicos militares e civis²⁵ e mais 18 elementos locais, incluindo a equipa de apoio administrativo e financeiro. O recurso financeiro rondava aos 5,6 milhões de euros.²⁶

A conclusão dos trabalhos da missão caiu por terra devido a um novo golpe militar em 2010 e posteriores decisões político-militares. Assim, em agosto de 2010, o Chefe da Delegação da UE e o Chefe da Missão anunciaram o fim da missão da UE no sector de segurança.

MISSANG

À semelhança das outras missões, a Guiné-Bissau manifestou o seu interesse em trabalhar com Angola no processo da reestruturação das Forças Armadas Republicanas. Nesta

²⁴ A Missão baseava-se na Parceria Estratégica África-UE, adotada de 8-9 de dezembro de 2007 durante a Cimeira UE-África realizada em Lisboa, Portugal.

²⁵ Anexo n.4 – 1º Organigrama da Missão, março de 2008

²⁶ Anexo n.3 – EU SSR GB *factsheet* n. 2, junho de 2008.

senda, foi assinado um acordo para o estabelecimento de uma Missão de Cooperação Técnico-Militar e de Segurança Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG), em março de 2011.

A missão da MISSANG passava pela prestação de assistência técnico-militar, formação do pessoal das Forças Armadas, concessão de apoio logístico e concretização das obras de reabilitação e construção dos quartéis destinados aos agentes da Defesa e Segurança. Estes apoios foram financiados por Angola (REVISTA ÁFRICA, 2012). Ainda, Angola formou vários agentes policiais (CÍRCULO ANGOLANO, s.d.), Polícias Anti-Motim e de Intervenção Rápida (GIR) e seguranças dos titulares dos Órgãos da Soberania.

Neste notável esforço de Angola na implementação da RSS, o embaixador de Portugal na Guiné-Bissau mostrou-se disponível para apoiar Angola neste esforço de concretização da Reforma do Sector de Segurança guineense. Em declarações à imprensa, António Freire disse que Portugal está ao lado de Angola no esforço de apoio à Guiné-Bissau, quer no âmbito da cooperação bilateral quer como parceiro da CPLP (JORNAL DE ANGOLA, 2011). E referindo-se à participação do seu país no processo de reforma, o diplomata luso disse que o seu país formou, nos últimos dois anos, 550 elementos da polícia.

Porém, apesar de todos estes esforços, a situação político-militar na Guiné-Bissau continuava instável, de acordo com constatações feitas após a tentativa de golpe de Estado de 26 de dezembro de 2011, que motivou o reforço dos recursos humanos e materiais da MISSANGA, para garantir a sua autoproteção. No prosseguimento da 1.^a volta das eleições presidenciais antecipadas, realizadas em março de 2012, cinco (05) dos nove (09) candidatos contestaram os resultados das eleições, que apontavam para a vitória do candidato Carlos Gomes Júnior, primeiro-ministro e presidente do PAIGC.

O recurso interposto pelos candidatos contestatários foi considerado improcedente pelo Supremo Tribunal de Justiça. O que motivou a Comissão Nacional de Eleições (CNE) marcar a campanha da 2.^a volta para o dia 13 de abril de 2012. Mas, no dia 12 de abril, vésperas do início da campanha eleitoral, militares fortemente armados deram mais um golpe de Estado, paralisando o processo eleitoral que se encontrava em curso e a missão da MISSANG. Assim, em junho do mesmo ano, a missão militar angolana começou a sua retirada do país (LUSA, 2012).

ECOMIB

A presença da Missão da CEDEAO na Guiné-Bissau (ECOMIB - the ECOWAS Mission in Guinea-Bissau) é uma força militar criada e autorizada durante a cimeira de chefes de Estado e governos da CEDEAO, realizada em 26 de abril de 2012, em Niamey, Níger.

A sua criação aconteceu em 2012, na sequência de um golpe de Estado militar, liderado pelo ex-chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, António Injai, que comprometeu o processo de realização de eleições na altura e motivou a retirada da MISSANGA do país.

A ECOMIB tinha como objetivo proteger as instituições públicas e os seus titulares, promover a paz e garantir a estabilidade no país (AFRICA-EU PARTNERSHIP, s.d.) Respeitando o Direito Internacional, a Carta das Nações Unidas, o Tratado da CEDEAO e o Protocolo sobre Prevenção de Conflitos desta organização sub-regional.

Após o fim de oito anos da sua missão na Guiné, a força de interposição dos Estados da África Ocidental (ECOMIB) deixa o país como o encontrou (DANSÓ, 2020): no meio de uma crise política - talvez menos grave em relação à de 2012, quando a força militar da Comunidade Económica dos Estados de África Ocidental (CEDEAO) chegou ao país.

À semelha de outras missões, a ECOMIB não conseguiu cumprir cabalmente a missão que lhe foi confiada. Como enaltece Dansó (2020) no *Deutsche Welle* “*Vários observadores acusam a ECOMIB de passividade, quando podia ter agido em várias situações em que personalidades políticas e instituições estatais foram alvo de ataques e ocupação ilegais por agentes do Estado*”.

CAPÍTULO III. PROMOÇÃO DA COEXISTÊNCIA E RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS

3.1 Reconciliação Nacional

Os resultados e produtos do projeto “Apoio ao Diálogo Político e Reconciliação Nacional na Guiné-Bissau” incluiu o período de janeiro de 2018 a 31 de outubro de 2019. Este projeto foi implementado pela Secção de Assuntos Políticos da UNIOGBIS (PAS) e Unidade de Género (GU) (juntamente com apoios e contribuições de outras Unidades UNIOGBIS (PIU, Direitos Humanos, CDTOC e Unidade de Coordenação Integrada) e a Secretaria do Peacebuilding Fund (PBF). O PNUD atuou como administrador financeiro do Projeto.

Este projeto teve como intuito a promoção, através do diálogo político, de um entendimento sobre as reformas incluídas no Acordo de Conacri, pela CEDEAO de 2016, e alcançado a partir da solicitação do presidente da Assembleia Nacional do Povo, o primeiro-ministro, partidos políticos (PAIGC, PRS, PND, PCM, UM), líderes religiosos e representantes da sociedade civil²⁷.

Neste sentido, o Acordo de Conacri previa: i) a nomeação de um primeiro-ministro com base no consenso e que tenha a confiança do presidente da República; ii) a formação de um governo inclusivo, acordado por todos os partidos políticos na Assembleia Nacional em consonância com o princípio da representação proporcional; iii) a possibilidade de nomear lideranças da sociedade civil para o governo inclusivo; iv) um programa de governação preparado por uma mesa-redonda nacional; v) cumprir os princípios existentes para a nomeação de altos funcionários; e vi) preparar seis partes do “Pacto de Estabilidade” estruturado em torno dos princípios-chaves da reforma.

A UNIOGBIS continuou a encorajar as partes interessadas nacionais a procurar soluções para a crise política através do diálogo. As Nações Unidas apoiaram as iniciativas que se

²⁷ O projeto foi financiado com o Mecanismo de Resposta Imediata do PBF, que tem como foco o financiamento, iniciativas urgentes e arriscadas, com retornos potencialmente elevados de consolidação da paz que exigem flexibilidade. O projeto contempla que o seu apoio aos esforços de facilitação e mediação das mulheres nacionais as organizações serão capazes de se ajustar continuamente à dinâmica política em rápida evolução em toda a implementação do projeto.

destinaram a promover a compreensão do Estado da democracia na Guiné-Bissau. Em setembro e outubro, foram organizadas três conferências pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa com o apoio da UNIOGBIS com foco essencial em modelos de sistemas políticos, processos de reconciliação nacional em contextos pós-conflito e a reforma dos partidos políticos.

E, mais marcante no processo da democratização da Guiné-Bissau, a UNIOGBIS lançou uma campanha de divulgação para promover a participação dos cidadãos nos processos democráticos e na construção de uma cultura de democracia. Com base nesta linha de pensamento, foram realizadas quatro conferências sobre a responsabilidade política, um pacto de estabilidade, direitos humanos e igualdade de género nas Universidades de Bissau.

3.2 Governação democrática

O processo de democratização pode ser dividido em duas partes distintas, a transição e a consolidação, embora temporariamente as duas possam sobrepor-se ou coincidir (GUNTHER, PUHLE e DIAMANDOUROS, 1995).

Inicialmente, a consolidação era utilizada como sinónimo de estabilização ou sustentabilidade, a persistência das jovens democracias num momento de fortes reações e somente uma experiência limitada de democracia mudou o entendimento.

Schedler apresenta as diferentes noções de democracia num artigo no *Journal of Democracy*, sob cinco títulos diferentes: “*Prevenindo o colapso democrático, impedindo a erosão democrática, completando a democracia, aprofundando a democracia e organizando a democracia*” (SCHEDLER, 1998). Aproximadamente os dois primeiros tratam do significado original de estabilização democrática, os dois seguintes tratam do progresso direcionado para um nível mais alto de democracia e o último com alterações estruturais sem progresso ou regressão (SCHEDLER, 1998).

Schedler argumenta que um se deve concentrar no significado original da consolidação como garantia da democracia e que o aprofundamento ou conclusão da democracia deve ser rotulado como tal e não como consolidação.

Outro conceito foi formulado por Gunther, Diamandourus e Puhle (1995, p. 7), desenvolvendo os autores um conceito que considera o regime democrático consolidado, *“quando todos os grupos politicamente significativos consideram as suas principais instituições políticas o único quadro legítimo de contestação política e adere às regras das políticas democráticas”*.

O conceito mais citado sobre a consolidação democrática foi enquadrado por Linz e Stepan (1996), desenvolvendo um conceito que tem em consideração os diferentes níveis da consolidação democrática.

Linz e Stepan (1996) utilizaram três dimensões para a sua análise. A primeira dimensão é comportamental, através da qual o regime democrático é consolidado se nenhum autor gasta os recursos significativos *“tentando alcançar os seus objetivos, criando um regime não-democrático ou transformando a violência ou intervenção estrangeira em substituição do Estado”* (LINZ e STEPAN, 1996, p. 6).

A segunda dimensão é atitudinal, segundo a qual uma democracia pode ser vista como consolidada se uma grande maioria da opinião pública considerar os procedimentos e instituições democráticos os mais adequados para governar a sociedade e o suporte para alternativas. A terceira dimensão é a dimensão constitucional que se refere às forças governamentais e não-governamentais, e que devem estar em consonância com a resolução de conflitos dentro dos procedimentos e leis democráticas (LINZ e STEPAN, 1996, p. 6).

A consolidação democrática ocorre em cinco áreas, na sociedade civil, sociedade política, Estado de Direito, panorama estatal e sociedade económica. Para cada uma destas áreas, existem certas necessidades que precisam de ser atendidas para se consolidar a democracia (LINZ e STEPAN, 1996, p. 15).

Na sua abrangência, Wolfgang Merkel (1999) desenvolveu um conceito de consolidação democrática com base no que fora definido por Stepan e Linz, ao nível macro (figura 3).

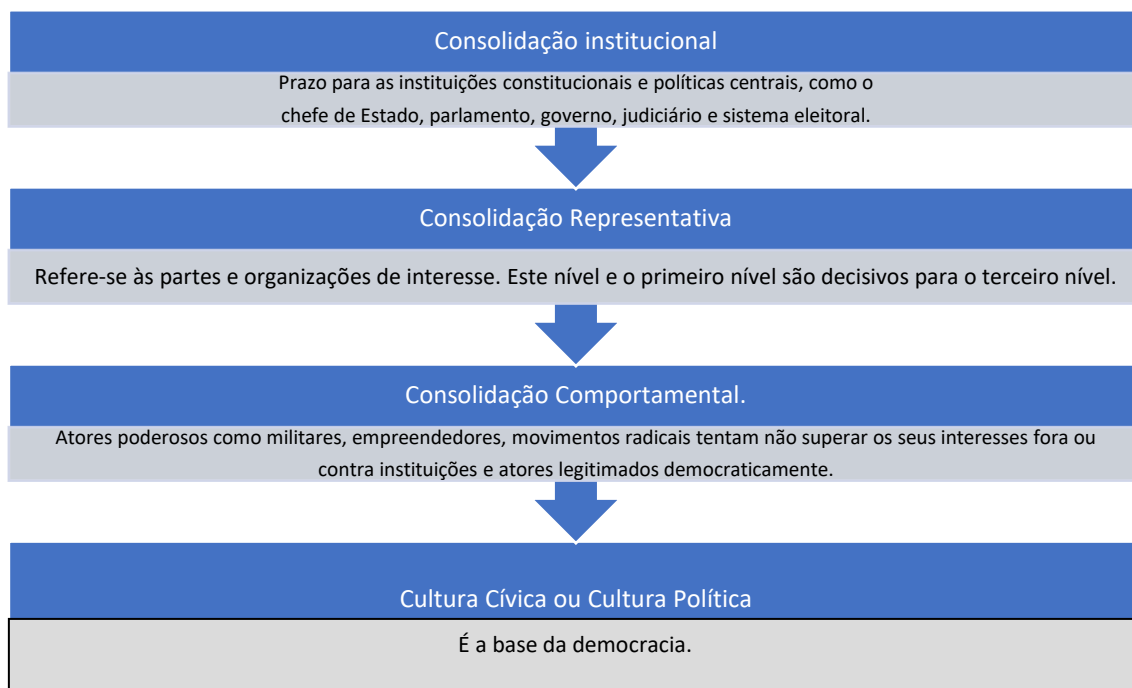


Figura 3 - Conceito de consolidação democrática com base no conceito de Stepan e Linz, ao nível macro

Somente se os quatro níveis estiverem consolidados se pode falar de uma democracia consolidada, resistente a crises (MERKEL, 1996, pp. 38-39). Os níveis são organizados temporal ou sequencialmente e hierarquicamente. Merkel assume que o primeiro nível é consolidado primeiro (primeiro, a política) e os outros sucedem-lhe. Em comparação com muitas definições minimalistas, que se concentram principalmente nos três primeiros níveis, este conceito também se concentra na cultura cívica e coloca ênfase especial no nível de consolidação representativa (KAPSTEIN e CONVERSE, 2008).

Vários autores (DIAMOND e PLATTNER, 2001; TILLY, 2004; HASSELMANN, 2006; LINZ e STEPAN, 2011) argumentaram que a democracia é consolidada quando “*a democracia se torna o único jogo na cidade e nenhuma outra entidade ou grupo político significativo tenta assumir o regime democrático por meio da força ou promover a violência doméstica ou internacional para se retirar formalmente do Estado*” (DIAMOND e PLATTNER, 2001).

Embora existam outros fatores que contribuem para a consolidação democrática, esta é considerada a principal. As “condições de consolidação democrática” expandiram-se significativamente e além de todo o reconhecimento. Chegou a incluir a difusão de políticas democráticas, valores, legitimação popular, neutralização de atores antissistemas, estabilização da política eleitoral, regras, reforma judicial, organização de interesses

funcionais, descentralização do Estado, controlo, a introdução de mecanismos de democracia direta, a redução da pobreza e a estabilização económica (SCHEDLER, 1998, p. 92).

Os países democraticamente consolidados são estáveis no sentido em que os seus cidadãos adotem a crença de que uma forma democrática de governação possui legitimidade e que o regime autoritário não deve ser considerável e nem aceitável. Embora seja pertinente analisar o que ocorre quando os cidadãos se tornam insatisfeitos com o seu sistema de governação democrática e já não acreditam no sistema de “governança democrática” (FOA e MOUNK, 2017, p. 9)

Neste contexto, Foa e Mounk (2017, p. 8) referem que é necessário primeiro aceitar que a consolidação pode não ser uma via única, a democracia torna-se o único elemento da cidade, quando a maior parte dos seus cidadãos rejeita as alternativas, concorda com os valores democráticos e tem um apoio intrínseco com os partidos candidatos que estejam alinhados com os valores centrais democráticos que visem defender a democracia liberal.

As hipóteses sobre o processo de consolidação democrática podem ser divididas em três principais categorias, um primeiro grupo que está relacionado com a participação e instituições políticas, outro que lida com os aspetos económicos e um terceiro que se refere à cultura política e legitimidade do novo regime.

Neste contexto, a cultura política e a legitimidade do sistema, por sua vez, estão dependentes das políticas anteriores, experiências autoritárias e democráticas. Assim, uma experiência democrática prévia, quando é caracterizada por estruturas intermediárias e rotinas democráticas relevantes, pode facilitar a reconstituição de alianças entre partidos e retorno do cenário político de interesse, sindicatos e organizações sociais e políticas.

Esta experiência ajuda a maioria dos cidadãos a considerarem que existem outras decisões que podem e devem emergir apenas de acordo com os parâmetros de um processo democrático. Nalguns casos, a transição para a democracia ocorre depois de uma “*tabula rasa*” de instituições anteriores.

Outro fator económico que facilita a consolidação democrática é a existência e o bom funcionamento de um sistema desenvolvido de bem-estar social que cubra uma quantidade significativa da população e forneça benefícios substanciais.

De acordo com Przeworski e Limongi, a manutenção de um sistema adequado de assistência pública exerce influência positiva na consolidação, ou seja, reduz as desigualdades entre diferentes grupos sociais (um fator que promove o colapso democrático) e limita a agitação social causada pelas medidas de estabilização económica, comuns nos casos mais recentes de transição (PRZEWORSKI e LIMONGI, 1997).

A democratização pode ser influenciada decisivamente pelas ações dos governos e instituições externas a um país. De acordo com Dahl, a transição democrática e a consolidação exigem que nenhum poder hegemónico estrangeiro hostil à democracia possa interferir na vida política de um país democrático para subverter o seu sistema político (DAHL, 2014).

CAPÍTULO IV. A SUSTENTABILIDADE DA CONSTRUÇÃO DA PAZ NA GUINÉ (A nível político e judicial, securitário e socioeconómico)

4.1. Contextualização

A UNIOGBIS, através do Representante Especial do Secretário-Geral da ONU, tem feito uso dos seus bons ofícios em apoiar partes envolvidos na crise a construir confiança entre si e evitar possíveis tensões (UNIOGBIS, s.d.(c)). O RESG envolveu na mobilização os principais atores nacionais, como: o presidente da República, o primeiro-ministro e o presidente do Parlamento, convidados a participar ativamente no processo de consolidação do Estado de Direito e democrático no país.

Da mesma forma, o RESG promoveu uma consulta regular com os partidos políticos e a sociedade civil, incluindo as mulheres e as organizações de juventude, bem como líderes religiosos, sindicatos e representantes do sector privado, em estreita coordenação com os atores internacionais e regionais, nomeadamente a CEDEAO, CPLP e outros, na busca de solução para a consolidação da paz na Guiné.

A UNIOGBIS, em cumprimento das orientações do Conselho de Segurança (S/RES/2512, parágrafo 5b), concentrou-se no processo de construção e consolidação das instituições, principalmente a nível judicial, ou seja, ajudar as autoridades nacionais e as partes interessadas na promoção e proteção dos direitos humanos, criando mecanismos de monitoramento dos direitos com vista à monitorização da conduta dos responsáveis, reforçando a sua responsabilidade de proteção da liberdade de expressão, incluindo a proibição de incitar a violência, discriminação e ódio; liberdade de reunião pacífica, direitos de participação política e pública; os direitos das pessoas privadas de liberdade e casos emblemáticos de direitos humanos (UNIOGBIS, s.d.(d)).

A Missão contribuiu para a criação de um centro de apoio à justiça (CAJ) através do Programa de Estado de Direito e Segurança do PNUD (Monteiro, 2016). O programa foi liderado pelo Ministério da Justiça, que tem por objetivo promover mecanismos alternativos de resolução de conflitos através de mediação e conciliação, na prestação de serviços de apoio jurídico gratuito às populações, contribuindo assim para o cumprimento dos direitos humanos e Estado de Direito, sobretudo nas regiões, através do fornecimento das

informações aos grupos mais vulneráveis da população sobre os seus direitos e o sistema de justiça, bem como prover aconselhamento, assessoria e assistência jurídica gratuitos.

A intervenção das Nações Unidas em matéria de segurança incluiu quer a questão da formação das novas Forças Armadas do país, quer a formação de uma nova força policial, apoiando a preparação de quadro legislativo para o Sector da Defesa e Segurança.

Na sequência da busca de atores que podem influenciar o ambiente de instabilidade, a UNIOGBIS lançou o sistema de mapeamento destes atores e fatores passíveis de desencadear conflitos e, em conformidade com as necessidades, a análise aprofundada da situação, a fim de responder às situações de evolução rápida (UNIOGBIS, s.d.(b)).

A pedido do governo da Guiné-Bissau, a Comissão de Construção da Paz preparou uma estratégia intitulada '*Strategic Framework for Peacebuilding in Guinea-Bissau*'. A estratégia tinha por missão proceder a reformas na área de segurança através de um programa - DERMSDN - adotado em 2006, que estabelece um quadro único de atribuição de prioridades e responsabilidades no exercício de funções das partes no processo.

A Guiné-Bissau tem sido palco de análise para explorar as ligações sobre os recursos naturais e os conflitos. A instabilidade política muito prolongada no tempo na Guiné-Bissau continua a limitar o funcionamento eficaz das instituições do Estado e a influenciar o desenvolvimento socioeconómico, bem como as perspetivas de investimento. A Guiné-Bissau tem estado frequentemente num dilema político nas últimas décadas, com crises recorrentes e possibilidades limitadas de resolução.

São diversos os fatores estruturais que contribuem para esta instabilidade política, o subdesenvolvimento e a fragilidade do país. Estes fatores incluem pobreza, analfabetismo, falta de acesso à justiça, coesão social pouco eficaz, corrupção, comércio ilícito, entre outros.

Assim, desde a independência, o país e os seus parceiros têm lutado para reestruturar os seus sistemas sociopolíticos e económicos fracos, e os atores internacionais enalteceram a iniciativa liderada pela Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

(CEDEAO) no sentido de intervir para a paz entre os atores políticos, o que levou ao Roteiro dos Seis Pontos e ao Acordo de Conacri de 10 de setembro de 2016²⁸.

Na Guiné-Bissau existe uma carência de plataformas sociais e políticas eficazes para a participação e de espaço para os cidadãos expressarem as suas preocupações. Este aspeto aumenta a vulnerabilidade para as manifestações violentas, crime e agitação civil, facto que se reforça pelo fraco apoio a iniciativas locais que promovem os mecanismos da construção da paz (GIESSMANN, 2016).

Importa referir que as partes interessadas da Guiné-Bissau terão de determinar a estrutura e os elementos da infraestrutura da paz, embora devam ter em conta as estruturas e os mecanismos existentes e garantir a participação e apropriação locais. Tendo como base as melhores práticas de outros países, a infraestrutura deve ter como finalidade um conjunto de componentes, tais como (UNITED NATIONS, 2016):

- ***Os conselhos de paz nacionais, distritais e locais***, sendo que os conselhos de paz com o mandato de coordenar as diversas iniciativas de construção da paz e responder aos conflitos através da reconciliação, tolerância, confiança, construção da confiança, mediação e diálogo em vários níveis, devem ser constituídos de pessoas altamente respeitadas e íntegras, com capacidade de construir pontes e cruzar as divisões políticas;
- ***Um sistema comunitário nacional de alerta precoce***, em que os conflitos nas comunidades não surjam somente sem os primeiros sinais de alerta, e assim, as capacidades locais para reconhecer e evitar conflitos violentos são importantes. Neste sentido, a infraestrutura para a paz deve ser constituída de um programa robusto de alerta precoce que possa garantir a deteção precoce e o relato de indicadores de conflito aos formuladores de políticas e aos responsáveis pela resposta da comunidade.
- ***Perspetivas tradicionais sobre a resolução de conflitos***, que devem ser integradas na infraestrutura da paz. Estes mecanismos tradicionais podem tornar-se mais fortes na promoção e sustentação de uma visão partilhada da sociedade e uma cultura da paz.

²⁸ O Acordo de Conacri, alcançado na conclusão da mediação de 11-14 de outubro de 2016 faz parte da implementação do Roteiro de Seis Pontos adotado pela CEDEAO, intitulado “Acordo sobre a Resolução da Crise Política na Guiné-Bissau” e assinado em Bissau em 10 de setembro de 2016.

A figura seguinte demonstra os principais elementos esperados da infraestrutura da paz eficiente, incluindo a necessidade de uma estrutura integrada, uma abordagem multidimensional e um processo inclusivo que possa reconhecer o contexto histórico, tradicional, cultural e jurídico do país.

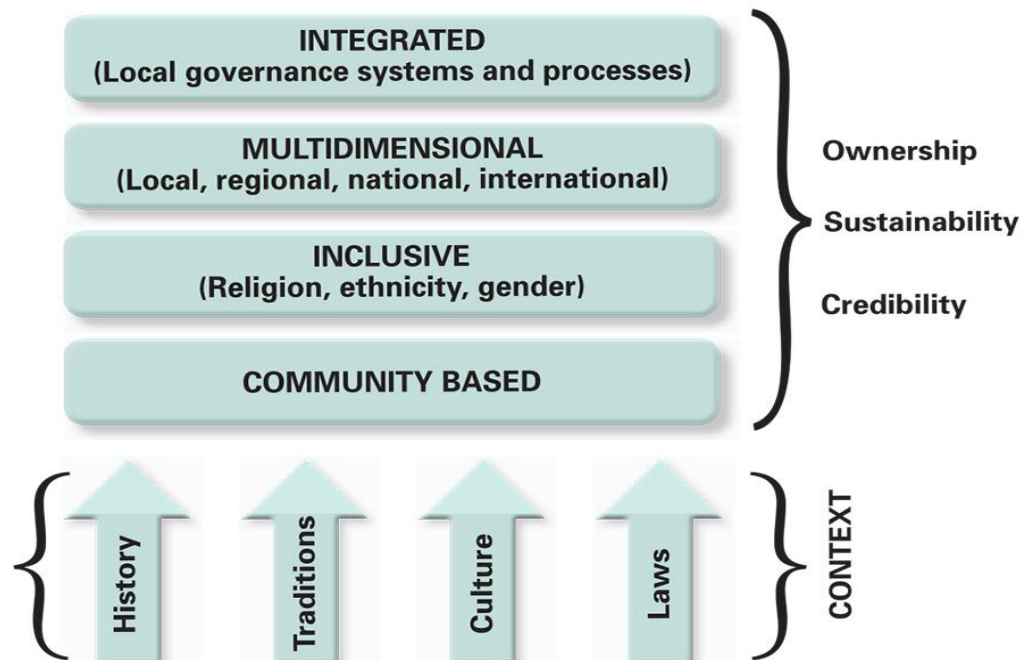
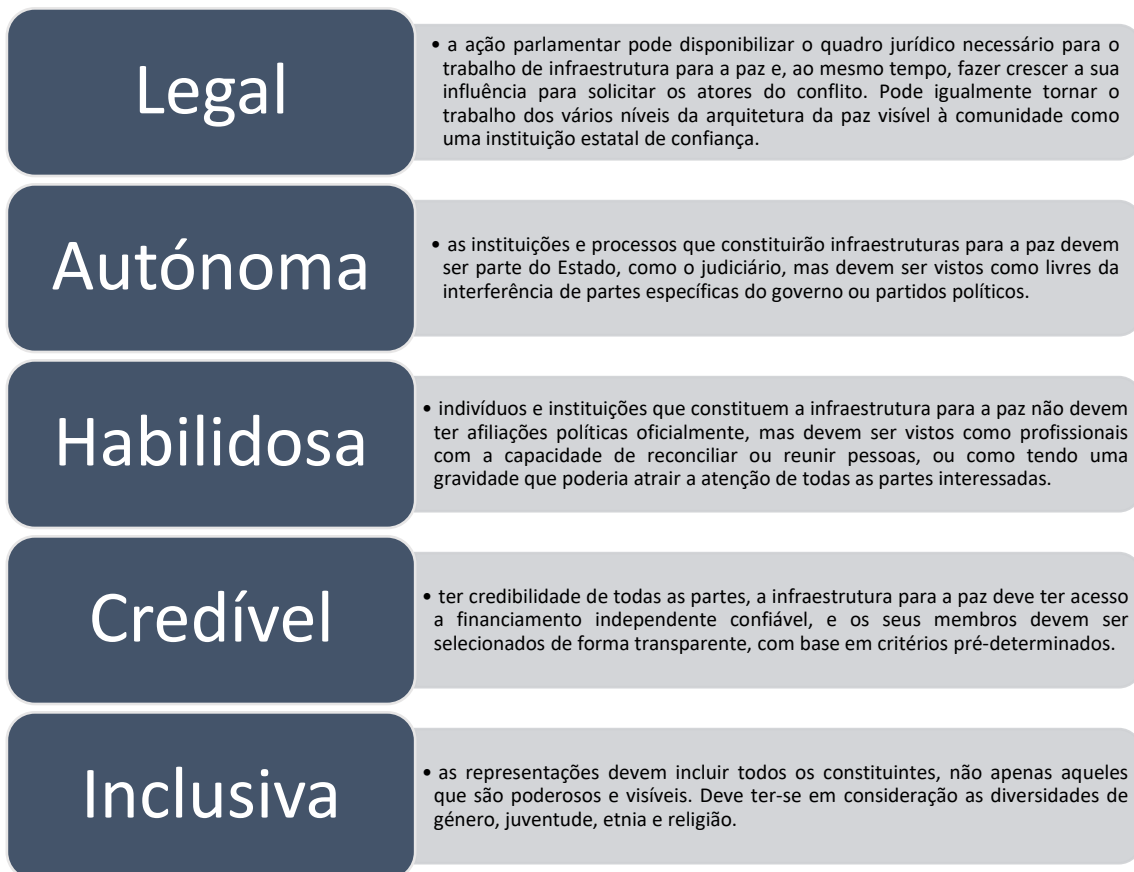


Figura 4 - Características principais de uma infraestrutura para a paz

Neste sentido, a infraestrutura eficaz da paz na Guiné-Bissau deve ser:



4.2 A implementação do novo regime democrático

O modelo de desenvolvimento adotado após a independência na Guiné-Bissau era essencialmente um modelo que se baseava no socialismo e constitui um modelo que esteve em vigor até ao final dos anos 80. Foi na primeira metade dos anos 80 que este modelo de desenvolvimento começou a perder espaço para um modelo mais liberal.

De acordo com Cardoso e Augel (1996, p. 15),

Após a conquista da independência política em 1974, a Guiné-Bissau optou por um modelo de desenvolvimento profundamente inspirado no modelo socialista, embora o PAIGC, partido que conduziu vitoriosamente a luta de libertação nacional contra o colonialismo português, nunca tivesse inscrito no seu programa, como fizeram os seus “companheiros” de luta de Angola e Moçambique, a construção do socialismo científico como uma meta a atingir. Esta opção tinha sido motivada essencialmente por duas razões: Por um lado, a ajuda recebida dos países socialistas e particularmente da então União Soviética tinha de ser de alguma forma reconhecida. (...) Por outro lado, os países que tinham ensaiado um modelo de desenvolvimento de tipo liberal viram as suas estratégias fracassadas (...).

De salientar que a ausência de uma democracia multipartidária no continente africano, e principalmente na Guiné-Bissau, comprometeu a credibilidade do país no plano internacional, uma situação que era cada vez mais insustentável e, por essa razão, era necessário procurar novas direções.

Entre os anos de 1986 e 1987, o governo da Guiné-Bissau apresentou um novo programa designado por Programa de Ajustamento Estrutural, com o objetivo de continuar a política de desenvolvimento liberal apoiada pelo Banco Mundial, embora com tentativas falhadas devido à racionalização de estratégias próprias (CARDOSO e ANGEL, 1996, p. 17).

A atualidade contribuiu para muitas visões sobre a democracia e, principalmente, a concepção burguesa que se baseia na manutenção da propriedade privada e das liberdades individuais, bem como a concepção proletária demonstrada nos pressupostos marxistas que consagra a democracia direta e a propriedade coletiva (Estevão, 1994, pp. 23-24).

Segundo Dahl,

Quanto menor for uma unidade democrática maior será o potencial para a participação cidadã e menor será a necessidade para os cidadãos de delegar as decisões de governo para os seus representantes. Quanto maior for a unidade, maior será a capacidade para lidar com problemas relevantes para os cidadãos e maior será a necessidade dos cidadãos de delegar decisões para os seus representantes (2001, p. 163).

No período de cinco anos, podemos considerar uma tipologia de três fases:

1.ª: 2010 – abril 2012 – Governo resultante das eleições ganhas pelo PAIGC com Carlos Gomes Júnior como primeiro-ministro (PM) e Malam Bacai Sanhá como presidente eleito;

2.ª: abril 2012- abril 2014 - Golpe de Estado com governo indicado pelos militares com Rui Duarte Barros como PM e vice-presidente do Parlamento e Manuel Serifo Nhamadjo como presidente de transição, também indicado pelos militares;

3.º: abril 2014 até ao presente - Eleições legislativas e presidenciais “livres e justas” e a progressiva instalação do caos nas relações entre o poder executivo, legislativo e presidencial, mas sem intromissão dos militares.

De salientar que a Guiné-Bissau é um país que enfrenta um grave problema de instabilidade política crónica, ou seja, os governantes sempre escolheram o antagonismo. E o grave problema da Guiné-Bissau é a fraqueza do Estado, bem como a má governação devido à constante mudança do governo.

Estas constantes mudanças bloqueiam o processo de desenvolvimento do país e, de acordo com o embaixador da União Europeia em Bissau, Vítor Madeira dos Santos, “*os doadores não podem ter governos instáveis, quando os governos mudam constantemente e com maus ministros e bons ministros, sem estabilidade não haverá desenvolvimento*” (Guinendade, 2016).

O próprio sistema político da Guiné-Bissau é corrupto, o que claramente impede a libertação do país da corrupção, os políticos ganham as suas vidas com base na corrupção. Agora, as pessoas mais ricas no país são todos políticos e os seus colaboradores próximos, político-empresários ou empresários políticos mantêm a riqueza nacional da Guiné-Bissau.

A corrupção é de proporções preocupantes no país. O psicólogo guineense Filomeno de Pina disse que

vivemos nesta realidade absurda e viciante, no meio como garantia de segurança do comércio paralelo, entre o relacionamento comercial e o exercício da liderança como um político. Os políticos recebem presentes e dinheiro como a comissão para poder fornecer seu serviço (FISMAN e GOLDEN, 2017).

4.3 As fases do processo de construção da paz

Durante o processo de construção da paz, não restam dúvidas de que as agências das Nações Unidas no país desempenharam um papel fundamental para o processo de consolidação da paz. Isto deve-se, em grande parte, à ideia de multidimensionalidade,²⁹ que

²⁹ Este conceito surgiu com a Agenda para a Paz, documento proposto pelo ex-secretário-geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, nos anos 1990. Tal publicação lançou a ideia de que o processo de construção da paz deveria passar pela “*expansão das capacidades (reconstrução económica) e transformação institucional (reforma das forças policiais, do sistema judiciário, do aparato de defesa, promoção de eleições e reconstrução da sociedade civil)*” (DOYLE e SAMBANIS, 2006, p. 15).

surgiu a partir da visão da reconstrução do Estado e da proteção à sociedade civil, visando diferentes frentes – como questões humanitárias, de proteção às comunidades locais e de reconstrução política do país –, e não somente a face da segurança nacional. Tal conceito, quando aplicado ao caso da Guiné durante a atuação do UNOGBIS, abre espaço para a participação de outros órgãos da ONU e de organizações sub-regionais, como a CEDEAO, para promover a reconstrução do país sob a ótica da resiliência (TABAK, 2009).

O conceito da multidimensionalidade também se relaciona com os direitos humanos, que é um assunto muito importante no processo de consolidação da paz. Contudo, no decorrer dos conflitos, por vezes, a assistência humanitária é colocada em segundo plano, dando-se mais prioridade à eliminação dos focos de tensão e a garantir a extinção do conflito. Portanto, ao considerar esses processos na implementação da paz, é importante ter em conta que a proteção dos direitos humanos ultrapassa a ausência de conflitos: ela abrange a questão da boa governação e de instituições fortes com vista a garantir o bem-estar da população (ESTEVES e SOUZA, 2011)

Assim, após o estabelecimento do princípio da multidimensionalidade e dos demais ditames defendidos na Agenda para a Paz, como a proteção humanitária e a construção de uma paz duradoura no país, a ONU, em jeito de reforçar os esforços da ECOMOG, estabeleceu um Gabinete de apoio à consolidação da paz das Nações Unidas (UNOGBIS) que, em linhas gerais, traçou quatro (4) prioridades (S/RES/2512, 2020): (i). Ajudar a criar um ambiente propício para restaurar e consolidar a paz, a democracia e o Estado de Direito e para a organização de eleições livres e transparentes; (ii). Trabalhar com o Governo de Unidade Nacional, a CEDEAO e a ECOMOG, bem como com outros parceiros nacionais e internacionais para facilitar a implementação do Acordo de Abuja; (iii). Procurar que o governo e os outros partidos se comprometam a adotar um programa de recolha, eliminação e destruição voluntária de armas; (iv). Proporcionar o quadro político e liderança para harmonizar e integrar as atividades do sistema das Nações Unidas no país, particularmente durante o período transitório até às eleições gerais presidenciais.

O papel do UNOGBIS foi, de facto, proporcionar o quadro político e liderança para harmonizar e integrar as atividades do sistema das Nações Unidas na Guiné-Bissau durante o período de transição que conduzirá às eleições gerais presidenciais. Ademais, o Gabinete trabalhou em estreita cooperação com as partes empenhadas, a CEDEAO e a ECOMOG, bem como outras instituições nacionais e parceiros internacionais, na implementação do Acordo de Abuja.

De entre as prioridades elencadas no processo de construção da paz na Guiné, ressalta-se a importância do primeiro ponto: Ajudar a criar um ambiente propício para restaurar e consolidar a paz, a democracia e o Estado de Direito e para a organização de eleições livres e transparentes, que foi levado a cabo, de imediato, pelo UNOGBIS através de encontros promovidos entre o governo de transição na altura, a Assembleia Nacional Popular e representantes da comunidade internacional, incluindo embaixadores acreditados em Bissau e representantes das agências das Nações Unidas. O encontro incentivou as novas autoridades a construir mais progressos sobre até então alcançados na normalização da situação política, em especial com base na fiel observância das disposições da Carta de Transição. A pedido do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o falecido general Veríssimo Correia Seabra, o UNOGBIS, em estreita colaboração com a CEDEAO e parceiros bilaterais, iniciou o processo de planeamento da proposta de reforma das Forças Armadas. Com relação ao programa de reinserção, desmobilização e reintegração, o componente de reintegração decorreu da melhor forma, recebendo o governo recursos adicionais do Banco Mundial para aumentar o número de beneficiários de 4327 para 7376. Apesar desses esforços, o UNOGBIS ajudou a desenvolver um Plano de Ação Nacional dos Direitos Humanos, com vista a reforçar a capacidade nacional na proteção e respeito aos direitos humanos, no dia a dia do trabalho do governo.

No que se refere à questão de género, foi constatados desenvolvimentos encorajadores com a implementação da resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança sobre mulheres, paz e segurança. Onde foram eleitas uma mulher, Maria do Céu Silva Monteiro, como presidente do Supremo Tribunal, duas mulheres para a Mesa da Assembleia Nacional Popular e cinco mulheres para posições ministeriais. O que demonstra a crescente percepção por parte das autoridades nacionais da importância da mulher no processo político. Também a UNIOGBIS, em estreita colaboração com as outras agências das Nações Unidas, trabalhou com o governo no projeto de ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

Apesar desses ganhos, o UNOGBIS percebeu os desafios encontrados no cumprimento da sua missão e sentiu-se motivado para solicitar ao secretário-geral que estabeleça um Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) para lhe suceder (S/RES/1876, 2009 e S/2009/302, 2009). Este gabinete passou a funcionar por um período inicial de 12 meses e renovável por igual período, de

acordo com as necessidades. A missão iniciou-se em 1 de janeiro de 2010, com as seguintes tarefas:

- a) Ajudar a Comissão de Consolidação da Paz na sua abordagem crítica das necessidades de construção na Guiné-Bissau;
- b) Reforçar as capacidades das instituições nacionais, a fim de manter a ordem constitucional, da segurança pública e do pleno respeito ao Estado de Direito;
- c) Apoiar as autoridades nacionais no sentido de estabelecerem uma polícia eficaz e eficiente, assim como na aplicação da lei e do sistema de justiça penal;
- d) Apoiar um diálogo político inclusivo o processo de reconciliação nacional;
- e) Prestar apoio estratégico, técnico e assistência ao governo da Guiné-Bissau no desenvolvimento, coordenação e implementação da reforma do sector de segurança;
- f) Ajudar as autoridades nacionais a combater o tráfico de drogas e o crime organizado, bem como o tráfico de pessoas, especialmente o tráfico de crianças;
- g) Apoiar os esforços nacionais para conter a proliferação de armas ligeiras;
- h) Realizar a promoção dos direitos humanos e o monitoramento de atividades de apoio à institucionalização do respeito pelo Estado de Direito;
- i) Integração da perspectiva de género na construção da paz, em linha com as Resoluções do Conselho de Segurança 1325 (2000) e 1820 (2008);
- j) Reforçar a cooperação com a União Africana, a Comunidade Económica dos Estados da Africano Ocidental (CEDEAO), a Comunidade dos Países de língua Portuguesa (CPLP), a União Europeia (UE) e outros parceiros nos esforços para a estabilização do país;
- k) Apoiar na mobilização dos apoios de parceiros internacionais.

A implementação da missão da UNIOGBIS demonstra a importância da multidimensionalidade, porque abriu espaço para a participação de diferentes entidades e instituições em missões de paz, e estas organizações acabaram por retomar a centralidade do Desarmamento, Desmobilização, Reintegração (DDR) no processo de resolução de conflitos e

de construção da paz, facilitando a reintegração de ex-combatentes, incluindo os da Guerra da Libertação de 1970.

Na verdade, na concepção da própria ONU, o DDR é um pré-requisito para a estabilidade pós-conflito e para a recuperação do país (UNITED NATIONS, 2010). Essa visão traz uma boa definição do conceito de DDR, pois busca não somente acabar com a origem do conflito, como também visa aplicar o conceito de construção da paz ao incentivar a busca de estratégias de superação do conflito não só por meio violento, mas também por vias pacíficas. Porém, é importante considerar que, para fazer valer a instituição do DDR, ou seja, para garantir que os seus preceitos sejam aplicados na sua totalidade, é preciso que haja confiança nas instituições políticas que se propõem a negociar os seus termos (TABAK, 2009).

Dessa forma, na próxima secção, serão abordados o estabelecimento da UNIOGBIS na Guiné, bem como os fatores condicionantes para a sua implementação, visto que uma das missões que justificam a sua existência foi exatamente a questão que diz respeito à consolidação da paz através de reforços das capacidades das instituições nacionais, a fim de manter a ordem constitucional, a segurança pública e o pleno respeito ao Estado de Direito.

4.4 O processo de paz e a democratização na Guiné-Bissau

Existe uma forte presença dos críticos europeus da construção da paz liberal, incluindo Chandler (2010a e 2010b) e Oliver Richmond, entre outros. No entanto, um senso de equilíbrio é dado por uma reimpressão da defesa de Roland Paris da construção da paz liberal nos seus dois capítulos e a inclusão de um capítulo de Christoph Zürcher que defende o sucesso da construção da paz liberal em trazer estabilidade "quando implantam maciçamente" (RICHMOND, 2011, p. 83).

Neste sentido, a paz liberal só se altera na medida em que os intervenientes redefinem o objeto e retribuem as suas estratégias de intervenção, ou seja, para estados fracos e com o objetivo de construção do Estado.

A força dos argumentos normativos para a democracia, quaisquer que sejam os ideais e princípios, bem como a vasta expansão empírica da democracia nos últimos anos, produziu um conjunto de mitos sobre os supostos efeitos da democracia.

Além do que a democracia pode integrar, seja igualdade política, liberdade individual, espera-se que o sistema político gere outras coisas adicionais que não fazem parte de um processo democrático, mas sim de um subproduto deste último (CAROTHERS, 2007).

Nas últimas décadas, os investigadores deixaram de analisar as causas e a transição para a democracia, para passar para os problemas de consolidação democrática e, posteriormente para as questões mais recentes como a qualidade da democracia. As diversas abordagens sobre as consequências da democracia diferem dos estudos que avaliam a qualidade das democracias (CHONG, 2004; GRADSTEIN e MILANOVIC, 2004; NELSON, 2007).

De acordo com Plattner (2005, p. 79), *“a extensão em que uma democracia pode oferecer estes benefícios não está necessariamente relacionada com a sua democratização”*. Portanto, a democratização não é observada como uma variável dependente, ou seja, algo a ser explicado, como nos estudos de democratização focados nas causas ou nos modos de transição de regime, mas como uma variável independente que explica ou contribui para a explicação de um amplo conjunto de políticas, efeitos económicos e sociais. A democracia não é vista como um ponto final, mas como um ponto de partida (PLATTNER, 2005).

Os supostos efeitos da democratização apontam para certos resultados ou condições que não fazem parte de definições contemporâneas sobre o que é a democracia, mas que pertencem a um conjunto de expectativas que os investigadores e os leigos determinam para a introdução das políticas democráticas.

As expectativas populares sobre a definição de democracia podem alcançar os processos de transição, ou seja, os países democratizados estão sobrecarregados com expectativas (GERRING [et al.], 2005, p. 334; cf. LIPSET, 1959, p. 89).

Do lado científico, a literatura teórica sobre os processos contemporâneos da democratização inclui uma série de hipóteses relativas à política, aos efeitos económicos que o advento da democracia gera. E os efeitos induzidos pelas mudanças democráticas são principalmente considerados positivos (ROSS, 2006).

A ligação entre a expansão da democracia e a conquista da paz é igualmente problemática. De acordo com Snyder (2000, p. 15),

a peça central da política externa americana nos anos 90 foi a afirmação de promover a disseminação da democracia ... seria um antídoto para a guerra internacional e os conflitos civis. Ainda, paradoxalmente, a década de 1990 acabou por ser uma década de democratização e de conflito nacionalista crónico.

Existe, pois, uma conexão entre os dois últimos fenómenos. A figura 5 demonstra as esferas de impacto da democratização.

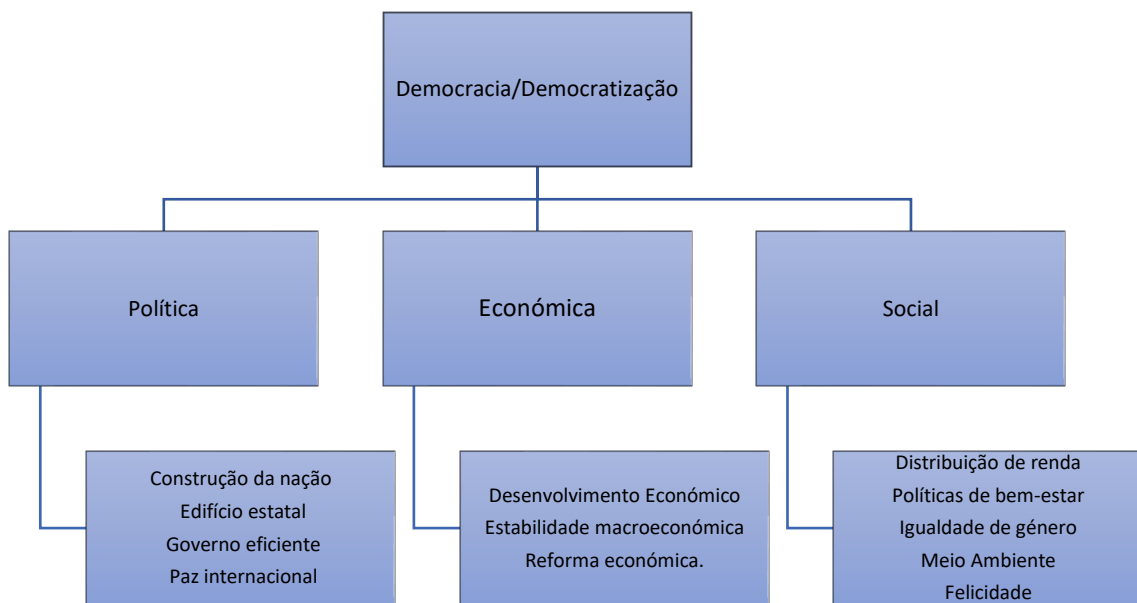


Figura 5 - Esferas de impacto da democratização

As muitas hipóteses relacionadas com as consequências da democratização que os investigadores referem na literatura, principalmente nos campos da ciência política e da economia, diferem muito quanto ao grau em que são dispostos de forma clara e explícita. Alguns são realmente colocados de forma implícita, enquanto outros são declarados de forma precisa e formalizada. A democracia tem impacto em três esferas: social, política e económica.

As principais consequências políticas da democracia abordam os processos de construção de uma nação e do Estado, a eficiência do governo ou paz internacional. Economicamente, diz-se que a democratização afeta o ritmo do desenvolvimento, a política macroeconómica e a adoção de reformas neoliberais. Quanto às implicações sociais mais amplas, a influência da democracia molda supostamente a distribuição da riqueza, a adoção

de políticas de bem-estar, o grau de igualdade de género, proteção do meio ambiente ou até a felicidade geral das pessoas (GRASSI, 2008).

CONCLUSÃO

Apesar do envolvimento de vários atores, quer a nível multilateral, bem com a nível bilateral, após os conflitos armados de 7 de junho de 1998-99, a Guiné-Bissau não parece ainda ter alcançado a paz sustentável almejada por todos. Na verdade, os índices de desenvolvimento socioeconómicos do país continuam baixos, alguns deles em níveis similares aos do período antes desta guerra civil que assolou o país. De igual modo, os acontecimentos políticos como tentativas frustradas de golpes de Estado e consumação de alguns continuam até a data presente, os assassinatos das figuras públicas, bem como as recentes envolvências de militares na vida política do país apontam para a persistência de instabilidade institucional da Guiné-Bissau.

A importância básica da paz não pode ser alcançada através da “resolução de problemas”, uma vez que a solução de um “problema” não é sinónimo da paz. Paz é um processo holístico que significa a ausência de violência física e psicológica organizada, a satisfação de necessidades sociais básicas e a existência de estruturas institucionais e de partilha proporcional de poder, incluindo a promoção e proteção dos direitos humanos. A operacionalização deste conceito envolve as motivações implícitas à participação de diferentes atores nas missões de paz que proporcionem uma indicação dos valores próprias às mesmas. A cultura de paz é fundamental para arraigar os esforços destas missões nas dinâmicas locais. O que implica ter conhecimento e compreensão dos valores, comportamentos e modos de vida locais. Os atores envolvidos nas missões de paz precisam de se inserir nestas dinâmicas como forma de melhor dar respostas aos conflitos existentes e contribuir para a transformação destes conflitos por vias pacíficas.

A Reforma do Sector de Segurança (RSS) é vista como prioridade para a construção da paz e desenvolvimento da Guiné-Bissau. Mas, apesar de várias tentativas, nenhuma iniciativa consegue atingir a sua meta. O que demonstra que a estratégia de reforma do sector de segurança exige uma vontade política de todos os atores envolvidos no processo, a fim de fazer face a algumas debilidades, desde o planeamento nacional do processo, capacidade de execução, organização das prioridades, até à conclusão do processo.

Os atores regionais, formais, instituições regionais informais, têm sido cada vez mais ativos numa grande variedade de operações de paz, em conjunto com a ONU (BOULDER e REINNER, 1993). Este aspeto possibilita um contraste com a Guerra Fria, onde as

organizações e atores regionais desempenharam papéis relativamente menores. Como exemplo, no ano de 2010, as 40 operações de manutenção da paz foram realizadas por organizações regionais (CENTRE ON INTERNATIONAL COOPERATION, 2010). O alcance geográfico destas operações é amplo, ou seja, a missão de execução tal como as realizadas no Afeganistão, ou mais recentemente, na Líbia.

Embora existam diferenças e práticas regionais, como a mudança do discurso do multilateralismo, os atores regionais são considerados como meros “jogadores”. De acordo com o ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan, as “*instituições multilaterais e as organizações regionais de segurança nunca foram mais importantes*”. Houve, assim, alterações no número de forças de paz regionais e operações na primeira década do século XX, embora, tenha existido um padrão de crescimento sustentado, demonstrado pelo início de novas missões em África e na Ásia Central, bem como na expansão e reforço das operações da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da UE no Afeganistão e na República Democrática do Congo (BELLAMY e WILLIAMS, 2005).

De facto, observou-se que o conflito é um dos eventos mais onipresentes e engloba um conjunto amplo de fenómenos, incluindo a corrida de classes, conflitos religiosos e comunitários, tais como tumultos, rebeliões, revoluções, greves, marchas, manifestações e protestos comícios, para mencionar apenas alguns.

A procura incessante de poder e influência política por parte das organizações supranacionais, dos políticos e das multinacionais financeiras tornou a competição cada vez mais desbragada e, na maior parte das vezes, conduz a crises de natureza diversa, conflitos armados e violência social generalizada.

Desde a época da luta armada de libertação nacional, o povo da Guiné-Bissau tem presenciado a desgraça coletiva, sendo que o maior problema do país é a falta de comprometimento dos principais órgãos de soberania e dos altos líderes que detêm o poder político. Os líderes políticos são menos sensíveis à gestão de assuntos estatais, pois não reconhecem o papel do Estado no desenvolvimento da sociedade.

As causas da instabilidade atual são resultado da incapacidade de enfrentar diferentes tendências que marcaram a história da Guiné-Bissau nas últimas décadas. A militarização e a personalização do Estado durante várias décadas integraram a aceitação de alguns modelos de comportamento hierárquico que se centraram no líder.

A dependência da ajuda para o desenvolvimento promoveu um governo orientado por força externa, centrada nas necessidades de doadores e parceiros internacionais, e cumprindo apenas parte das necessidades da população, ou seja, a população urbana. Isso acentuou a necessidade de obter acesso ao Estado para obter recursos de ajuda ao desenvolvimento e patrocínio ainda mais promovido.

A boa governação envolve muito mais do que o poder do Estado ou a força da política. O Estado de Direito, a transparência e a responsabilidade não são meramente questões técnicas de procedimento administrativo ou desenho institucional. São resultados da democratização e de processos conduzidos não apenas pela liderança comprometida, mas também pela participação e pela disputa entre grupos e interesses da sociedade - processos que são mais eficazes quando sustentados e contidos por instituições legítimas e eficazes.

Os principais “calcanhares de Aquiles” do sistema são as disposições constitucionais que conferem quase iguais poderes políticos sobre os órgãos soberanos do Estado, ou seja, o presidente da República, Assembleia Nacional Popular, o governo e os tribunais. Apesar de a constituição definir o seu relacionamento com base na separação e independência, soberania e a subordinação de todos eles à Constituição, é um problema na prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDENUR, A. E. - *Monitoring of Peace Agreement Implementation: Lessons from Colombia*. 2018. Igarapé Institute. Disponível em: WWW:<<https://reliefweb.int/report/colombia/monitoring-peace-agreement-implementation-lessons-colombia> >.

ABDENUR, A. E., & DE SOUZA NETO, D. M. - South-South cooperation and democracy in Africa: Brazil's role in Guinea-Bissau. *Africa Review*, 5(2), 104-117. 2013. doi: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1080/09744053.2013.855356>

Adebajo, S.B. – An Epidemiological Survey of the Use of Cosmetic Skin Lightening Cosmetics among Traders in Lagos Nigeria. *West African Journal of Medicine*, 21, 2002a, p. 51-55.

Adebajo, Adekeye – *Liberia's Civil War Nigiria, ECOMOG, and Regional security in West Africa*. London: Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002b.

AFRICA-EU PARTNERSHIP – ECOWAS Mission in Guinea-Bissau (ECOMIB) [em linha]. S.d. Disponível em WWW:< <https://africa-eu-partnership.org/en/projects/ecowas-mission-guinea-bissau-ecomib> >.

AMADO, Leopoldo – Guiné-Bissau: 30 anos de independência. *Africana studia*. Porto. N.º 8 (2005). Pp. 109-135.

ARKHEDE OLSSON, S. – Corruption and Political Participation: A Multilevel Analysis. 2014. Gothenburg: Quality of Government Institute. [20 junho 2017].- <https://www.gu.se>

BELLAMY A.J. The Institutionalisation of Peacebuilding: What Role for the UN Peacebuilding Commission. *Palgrave Advances in Peacebuilding*, 2010. pp.193-212.

BELLAMY, Alex J. & Paul D. Williams – Regionalization and Contemporary Peace Operations. *International Security* 2005. p. 29(4).

BOULDER e REINNER – *The Responsibility To Protect and the Crisis in Darfur*, 1993, <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0967010605051922>

BRANIFF, M. – After Agreement: The Challenges of Implementing Peace. *Shared Space*. 14 (2012), pp. 15-28.

- BELL, C. – Peace Agreements and Human Rights: Implications for the UN. *The UN, human rights and post-conflict situations*. 241, 2008a, pp. 246-48.
- BELL, C. – *On the Law of Peace: Peace Agreements and the New Lex Pacificatoria*. Oxford: Oxford University Press, 2008b.
- BELL, C. – *Peace Agreements and Human Rights*. Oxford: Oxford University Press, 2000c.
- BRANDT, M. [et al.] – *Constitution-making and Reform: Options for the Process*. Geneva: Interpeace, 2011.
- BRYDEN, Alan; NDIAYE, Alan; OLONISAKIN, Funmi (Eds.) – *Challenges of Security Sector Governance in West Africa*. Geneva: Centre for the Democratic Control of Armed Forces, 2008. p. 3
- CAD-OCDE – *SSR and Governance. Policy and Good Practice*. Paris: CAD/OCDE, 2004. p. 20.
- CARDOSO, C.; AUGEL, J. – *Guiné-Bissau 20 anos de independência: desenvolvimento e democracia. Balanços e perspectivas*. Bissau: INEP, 1996.
- CAROTHERS, T. – How Democracies Emerge. *Journal of Democracy*. Volume 18, Number 1 (2007), pp. 12-27.
- CARVALHO, Larcher – *Intervenções externas no Sector da Segurança na Guiné-Bissau. Política Internacional e Segurança*. Lisboa: Universidade Lusíada, 2010, p.51.
- CARVALHO [et al.] – Survival strategies of a sterol auxotroph. *Development* 137(21), 2010, 3675--3685.
- CEEA – *Relatório Especial do Centro de Estudo Estratégico de África*. CEEA, 2013.
- CENTRE ON INTERNATIONAL COOPERATION – Global Review of Peace Operations. 2010. Disponível em WWW:<http://www.cic.nyu.edu/peacekeeping/docs/gpo_2011_map.pdf>.
- CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA (CEEA), 2013 - <https://africa-center.org>
- CHANDLER, David – Race, Culture and Civil Society: Peacebuilding Discourse and the Understanding of Difference. *Security Dialogue*. 41(4) (2010a), pp. 369–90.

CHANDLER, David – The EU and Southeastern Europe: The Rise of Post-Liberal Governance. *Third World Quarterly*. 31(1) (2010b), pp. 69–85.

CHONG, Alberto – Inequality, democracy, and persistence: is there a political Kuznets curve?. *Economics and Politics*. 16 (2) (2004), pp. 189-212.

CÍRCULO ANGOLANO – Angola conclui repatriamento de polícias guineenses formados em Luanda. [em linha]. *Círculo Angolano*. S.d. [consultado em 11/6/2013]. Disponível em WWW:<<http://www.circuloangolano.com/?p=21396> >.

COELHO, J. P. B. – Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas. *Lusotopie*. nº10 (2003), pp. 175-193.

COOPER, F. – *Africa Since 1940: The past of the present*. Cambridge: University Press, 2002.

CRAVO [et al.] – « Peacebuilding: Assumptions, Practices and Critiques », *JANUS.NET e-journal of International Relations* 8(1), 2018.

DAHL, Robert A. - *Sobre a Democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DAMIEN, HELLY – EU SSR Guinea-Bissau. In. Grevi, Giovanni, Helly, Damien & Keohane, Daniel (Ed). *European Security and Defence Policy. The First 10 years*. Paris: Institute for Security Studies, 2009, pp. 369-378.

DANSÓ, Iancuba - Guiné-Bissau: Saída da ECOMIB gera misto de alívio e desconforto. *Deutsche Welle*. (2 set. 2020). Disponível em WWW:< <https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-sa%C3%ADda-da-ecomib-gera-misto-de-al%C3%ADvio-e-desconforto/a-54794556> >.

DW – DEUTSCHE WELLE. *ONU pede pacto de estabilidade para resolver crise na Guiné-Bissau*. 18.02.2016. <https://www.dw.com/pt-002/onu-pede-pacto-de-estabilidade-para-resolver-crise-na-guin%C3%A9-bissau/a-19055294>

DOYLE e SAMBANIS – Making War and Building Peace: *United Nations Peace Operations Page*, 2006, 24.

ECOWAS - *ECOWAS Mediation Guideline*. 2018. Disponível em: WWW:<<https://www.ecowas.int/documentation/ecowas-mediation-guidelines/> >.

ECOWAS - *Protocol Relating to Mutual Assistance on Defence* - A/SP3/5/81, Freetown. Liberia, 29 May 1981.

ECOWAS - *Protocol on Non-Aggression*. Lagos, Nigeria, 22 April 1978.

ESTEVES, Paulo e SOUZA, C. Letícia – ‘‘A Libéria e a construção do nexo entre segurança e desenvolvimento’’. *Rev. Bras. Polít. Int.* 54 (2), 2011, pp. 27-28.

DIAMOND, L.; PLATTNER, M. – *The Global Resurgence of Democracy*. Baltimore MD: Johns Hopkins University Press, 2001.

EASTERDAY, J. S. - Peace agreements as a framework for jus post bellum. In *Jus Post Bellum*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

EMBALÓ, Birgit - Civil-Military Relations and Political Order in Guinea-Bissau. *Journal of Modern African Studies*. 50, nº. 2 (2012), pp. 276-7.

FERREIRA, Patrícia M. - *Guinea-Bissau: Perspectives on the Up-Coming Elections, Situation Report*. Pretoria: Institute for Security Studies, 2004. p. 17

FINDLEY, M. G. – Bargaining and the Interdependent Stages of Civil War Resolution. *Journal of Conflict Resolution*. vol. 57, no. 5 (2013), pp. 905–932.

FISMAN, R.; GOLDEN, M. A. - *Corruption: What Everyone Needs to Know*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

FOA, R. S.; MOUNK, Y. – Democratic Disconnect. *Journal of Democracy*. Volume 28, Number 1 (2017), pp. 5-17.

GALTUNG, Johan – *Peace by peaceful means. Peace and conflict, development and civilization*. Oslo: International Peace Research Institute, 1996, p. 63 – 71.

GALTUNG, J. – Structure, Culture, and Intellectual Style: An Essay Comparing Saxon, Teutonic, Gallic and Nipponic Approaches. *Social Science Information*, 20, 817, 1981.

GALTUNG, Johan. - *Three Approaches to Peace: Peacekeeping, Peacemaking, and Peacebuilding*. University of St Andrews, 1976. *Essays in Peace Research*, 2, 283-304. - Disponível em WWW:<sta.rl.talis.com/items/0A2C7B03-90B3-23FB-CACD-085570ADB045.html>.

GALTUNG, Johan – Violence, Peace and Peace Research. *Journal of Peace Research*, 6(3), 1969, pp. 167-191.

GALTUNG, Johan – Peace research: science or politics in disguise?. *Peace, Research, Education, Action*, 1967, p. 2.

GERRING, John [et al.] – Democracy and economic growth: a historical perspective. *World Politics*. 57 (3) 2005, pp. 323-364.

GIESSMANN, H. J. – Embedded Peace Infrastructures for Peace: Approaches and Lessons Learned. 2016. United Nations Development Programme. Disponível em WWW:<:https://www.undp.org/content/dam/undp/library/Democratic%20Governance/Conflict%20Prevention/Berghof-UNDP_EmbeddedPeaceI4P_2016.pdf >.

GOMES, Daniel Filipe Franco – O 14 de novembro de 1980 na Guiné-Bissau visto pela imprensa portuguesa: análise comparativa. *Revista Portuguesa de História*, 45, 2014, p. 481-506.

GOMES, Garrido – *Da teoria à prática. Desafios da Reforma do Sector de Segurança na Guiné-Bissau. Pela Lei e pela Grei*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana, 2009, p. 22- 31.

GONZÁLEZ, E., & Varney, H. (eds.) – *Truth seeking elements of creating an effective truth commission*. Brasília: Amnesty Commission of the Ministry of Justice of Brazil; New York: ICTJ, 2013. <https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-Book-Truth-Seeking-2013-English.pdf>

GORJÃO, Paulo. *Guinea-Bissau: The inescapable feeling of déjà vu*. Policy brief. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança, 2010, p. 119 – 121.

GORJÃO - Urge reforma das Forças Armadas da Guiné-Bissau. *Deutsche Welle*. (28 dez. de 2011).

GRADSTEIN, Mark; MILANOVIC, Branko - Does Libertè = Egalité? A survey of the empirical links between democracy and inequality with some evidence on the transition economies. *Journal of Economic Surveys*. 18(4) 2004, pp. 515-537.

GRASSI, Estela (2008) – La política social, las necesidades sociales y el principio de la igualdad: reflexiones para un debate postneoliberal. In: PONCE JARRÍN, Juan (editor). *Es posible pensar una nueva política social para América Latina*. Quito. FLACSO Ecuador, 2008.

GUINENDADE - guinendade.blogspot.com, de 30 de setembro de 2016.

GUNTHER, R.; PUHLE, H. J.; DIAMANDOUROS, P. N. – Introduction. In *The Politics of Democratic Consolidation. Southern Europe in Comparative Perspective*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1995. pp. 1-32.

HASSELMANN, C. – *Policy Reform and the Development of Democracy in Eastern Europe*. Aldershot: Ashgate, 2006.

INSTITUTO CAMÕES – *Direitos Humanos e Boa Governação* [em linha]. S.d.(a), 16 de julho de 2021. Disponível em WWW:< <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-portuguesa/o-que-fazemos/direitos-humanos-e-boa-governacao> >.

INSTITUTO CAMÕES – *Guiné-Bissau: Relações de Cooperação entre Portugal e Guiné-Bissau* [em linha]. S.d.(b), 16 de julho de 2021. Disponível em WWW:< <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-na-pratica/todos-os-paises/guine-bissau> >.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICG) – *Beyond Turf Wars: Managing the Post-Coup Transition in Guinea Bissau*. Dakar: International Crisis Group (ICG), 2012.

JORNAL DE ANGOLA – Reconhecido empenho de Angola na estabilização da Guiné-Bissau. *Jornal de Angola*. (07 jul. 2011) [consultado em 6/6/2013]. Disponível em WWW:<<http://guinebissaudocs.wordpress.com/2011/07/07/jornal-de-angola-reconhecido-empenho-de-angola-naestabilizacao-da-guine-bissau/>>.

KADRI, Jorge Geraldo – *Depoimento sobre a Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), 2014.

KAPSTEIN, L.; CONVERSE, N. – The Fate of Young Democracies. *Eastern Economic Journal*. Vol. 36, No. 4 (2008), pp. 25-56.

KAFFT KOSTA, Aníran Y. Perreira – *A Problemática do Sistema de Governo na GuinéBissau*. Trabalho de investigação apresentado no âmbito do Mestrado em Direito: Especialidade em Ciências Jurídico-Forenses, Coimbra, 2016.

COSTA, F.M. – *A construção social e jurídica do menor á proteção integral da criança e do adolescente no Brasil: aproximações com a realidade da Guiné-Bissau*.

KOUDAWO, Fafali – *Sociedade Civil e transição pluralista na Guiné-Bissau*. 2011, pp. 86–109.

KOUDAWO, F. – La guerre des mandjuas. Crise de gouvernance et implosion d'un modèle de résorption de crises. *Soronda - Revista de Estudos Guineenses*. N/S 02 (2000), pp.153-174.

LIGA GUINEENSE DOS DIREITOS HUMANOS (LGDH) – *Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau*. Bissau: LGDH, 2019.

LINZ, J. J.; Stepan, A. – *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 2011.

LUSA – Missão angolana para a Guiné-Bissau começa a sair na quarta-feira. *RTP*. (5 jun. 2012). Disponível em WWW:< https://www.rtp.pt/noticias/mundo/missao-angolana-para-a-guine-bissau-comeca-a-sair-na-quarta-feira_n560063 >.

LUSA – Bispo de Bissau pede ao povo para reagir. *Lusa*. (10 ago. 1998)

LYONS, T. – Successful peace implementation: plans and processes. *Peacebuilding*. vol 4, no. 1 (2016), pp. 71-82.

MERKEL, Wolfgang – Defekte Demokratien. In: Wolfgang Merkel and Andreas Busch, eds. *Demokratie in Ost und West*. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1999, p. 361–381.

MERKEL, Wolfgang – Institutionalisation und Konsolidierung der Demokratien in Ostmitteleuropa'. In: Merkel, Wolfgang et al (eds) – *Systemwechsel 2. Die Institutionalisierung der Demokratie*. Opladen: 9-36.

MIRSKY, Laura. *Family Group Conferencing Worldwide: Part One in a Series*. Restorative Practice E-Forum. International Institute of Restorative Practices. (<http://www.restorativepractices.org/library/fgseries01.html>), 2003.

MOORE, Carlos – *Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Nandyala, 2012. pp. 31 - 40

MONTEIRO, Taino J. – *Estado de Direito, Justiça e Segurança na Guiné-Bissau*. Julho de 2016. – https://uniogbis.unmissions.org/sites/default/files/rel-final-caj-2012-2015_port.pdf

MORGENTHAU, H. – *International Organization*, 2003, pp. 633-665

NELSON, Joan M. - Elections, democracy and social services. *Studies in Comparative International Development*. 41(4) (2007), pp.79-97.

- NÓBREGA, Álvaro – *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*. Lisboa, Universidade técnica de Lisboa, Instituto superior de ciências sociais e políticas, 2003.
- O'REGAN [et al.] – *Advancing stability and reconciliation in Guinea-Bissau*. Washington DC: Africa Centre for Strategic Studies, 2013.
- O'REGAN, D. & THOMPSON, P. – *Promover a estabilidade e a reconciliação na GuinéBissau: lições do primeiro narco-Estado de África*. Relatório Especial do CEEA Nº2, 1ª impressão, texto policopiado, 2013.
- PACHICO, Elyssa – Argentine 'Narco Jet' Trial Leaves Many Questions Unanswered. *InSightCrime*. (9 jan. 2013).
- PALADINI, B.; MOLLOY, S. – More inclusive monitoring of peace agreement implementation Barometer Initiative in Colombia. In *Navigating inclusion in peace processes (PSRP Report, Accord)*. London: Conciliation Resources, 2019.
- VAN ZYL, Paul – Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. *Revista da Anistia Política e Justiça de Transição*. nº. 01 (2009). Pp. 12-25.
- PARIS e SISK 2009 – International Peacebuilding and the 'mission civilisatrice'. *Review of International Studies*, 28(4), 637-656.
- PLATTNER, Marc - A skeptical perspective. In: *Assessing the quality of democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2005. pp.77-81.
- PRZEWORSKI, A.; LIMONGI, F. – Modernization: Theories and Facts. *World Politics*. Vol. 49, No. 2 (1997), pp. 155-183.
- RETTBERG, A. – Need, creed, and greed: Understanding why business leaders focus on issues of peace. *Business Horizons*. 59 (5) (2016), pp. 481-492.
- REVISTA ÁFRICA - CEDEAO e CPLP assinam acordo para apoiar Guiné-Bissau. *Revista África*. (21, n.º 61, março de 2012). p. 44.
- RICHMOND, Oliver P. – *A Post-Liberal Peace: The Infrapolitics of Peacebuilding*. London: Routledge, 2011.
- RODRIGUES, C.; LEANDRO, F. – *Security Sector Reform: A New State-citizen Partnership*. Lisboa: IDN, 2012.
- ROQUE, Silvia – *Um retrato da violência contra mulheres na Guiné-Bissau*. Journals Openedition. Versão 8 de junho de 2011. pp. 9-117. <https://journals.openedition.org>

ROQUE, Sílvia. Peacebuilding in Guinea-Bissau: A Critical Approach. *NOREF Report*, 7, 2009. <https://noref.no/Publications/Regions/Africa/Noref-Report-7-Peacebuilding-In-Guinea-Bissau-A-Critical-Approach>.

ROSS, N. – *Civil Society's Role in Monitoring and Verifying Peace Agreements: Seven Lessons from International Experiences*. Geneva: Inclusive Peace & Transition Initiative, The Graduate Institute of International and Development Studies, 2017.

SAMUELS, K. - Post-conflict peace-building and constitution-making. *Chicago Journal of International Law*. 6/2 (2005), pp. 663–82.

SANGREMAN, C. E. [et al.] – A evolução política recente na Guiné Bissau. As eleições presidenciais de 2005; os conflitos; o desenvolvimento; a sociedade civil. *CEsA*. (70) (2005), p. 46.

SANTOS – The Worldization of Violence and Injustice. *Current Sociology*. 50(1), 123-13.

SCHEDLER, A. – The Normative Force of Electoral Promises. *Journal of Theoretical Politics*. (1998).

SNYDER, Jack - *From voting to violence: democratization and nationalist conflict*. New York: W.W. Norton & Company, 2000.

SOUSA, J. *Guiné-Bissau: a destruição de um país. Desafios e reflexões para uma nova estratégia nacional*. Coimbra: Pantone4, 2012.

SOUZA NETO – *Guiné-Bissau: O golpe militar de 12 de Abril e a necessidade da reforma do sector de segurança*. *Política Internacional e Segurança*. Lisboa: Universidade Lusíada, 2013, pp. 89-119.

TILLY, C. – To Explain Political Processes. *American Journal of Sociology*. 100 (6) (2004), pp. 1594–1610.

UNIOGBIS – *Combate ao Narcotráfico* [em linha]. S.d.(a). Disponível em WWW:< <https://uniogbis.unmissions.org/pt/combate-ao-narcotr%C3%A1fico> >.

UNIOGBIS – *Reforma do Sector de Defesa e Segurança* [em linha]. S.d.(b). Disponível em WWW:< <https://www.uniogbis.unmissions.org/pt/reforma-do-sector-de-defesa-e-seguran%C3%A7a>>.

UNIOGBIS – *Governança e Processo Político* [em linha]. S.d.(c). Disponível em WWW:< <https://uniogbis.unmissions.org/pt/governa%C3%A7%C3%A3o-e-processo-pol%C3%ADtico.>>.

UNIOGBIS – *Direitos Humanos e Promoção da Igualdade de Género* [em linha]. S.d.(d). Disponível em WWW:< <https://uniogbis.unmissions.org/pt/direitos-humanos-e-promo%C3%A7%C3%A3o-da-igualdade-de-g%C3%A9nero.>>. S.d (d)

UNIOGBIS – O governo da Guiné-Bissau e o UNIOGBIS realizaram uma conferência de alto nível sobre o tema “Diálogo Nacional de Combate ao Crime Organizado Transnacional” de 28 a 29 de novembro em Bissau. 6 de dezembro de 2018. <https://uniogbis.unmissions.org>

UNITED NATIONS (UN) – *Relatório do Secretário-Geral*, N. S/1998/1028, de 1998 sobre Acordo de Abuja.

UNITED NATIONS (UN) – *Relatório do Secretário-Geral sobre desenvolvimento na Guiné-Bissau*, N. S/1999/1276 de 23 de dezembro de 1999.

UNITED NATIONS (UN) – *Relatório do Secretário-Geral*, N. S/1999/232 de 3 de Março de 1999

UNITED NATIONS (UN) – *Relatório do Secretário-Geral sobre desenvolvimento na Guiné-Bissau*, N. S/2000/250 de 24 de março de 2000

UNITED NATIONS (UN) – *Relatório do Secretário-Geral sobre desenvolvimento na Guiné-Bissau*, N. S/1009/302, de 10 de junho de 2009.

UNITED NATIONS (UN) – *Relatório do Secretário-General sobre desenvolvimento na Guiné-Bissau e sobre as atividades de Gabinete de apoio das Nações Unidas para a Construção da paz no país*, N. S/2009/302 de 10 junho de 2009

UNITED NATIONS (UN) – *Relatório do Secretário-General sobre desenvolvimento na Guiné-Bissau*, N. S/2001/622 de 22 de junho de 2021

UNITED NATIONS (UN) – *Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas*, N. S/RES/1216 de 21 de dezembro de 1998.

UNITED NATIONS (UN) – *Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas*, N. S/RES/1233 (1999) de 6 abril 1999

UNITED NATIONS (UN) – *Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas*, on women, peace and security, N. S/RES/1325, de 31 de outubro de 2000.

UNITED NATIONS (UN) – *Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas*, N. S/RES/1876 distribuído em 26 de junho de 2009. *Documento estratégico de reforma no sector de defesa e segurança*.

UNITED NATIONS (UN) – *Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas*, on maintenance of international peace and security, N. S/RES/2250, de 9 de dezembro de 2015.

UNITED NATIONS (UN) – *Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas*, N. S/RES/2419, de 6 de junho de 2018.

UNITED NATIONS (UN) – *Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas*, N. S/RES/2512, de 28 de fevereiro de 2020

UNITED NATIONS (UN) – *Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas*, N. A/RES/70/262, de 27 de abril de 2016.

UNITED NATIONS (UN) – *Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas*, on Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development, N. A/RES/70/01, 25 de setembro de 2015.

UNITED NATIONS (UN) – *Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas* on post-conflict peacebuilding, N. S/RES/2282, 27 de abril de 2016.

UNITED NATIONS (UN) – *Resoluções e decisões*, N. E/RES/2008/30, adotadas pelo Conselho Econômico e Social em sua sessão substantiva de 30 de junho a 25 de julho de 2008

UNITED NATIONS (UN) – Security Sector Reform (background). Disponível em WWW:< <http://unssr.unlb.org/SSR/Background.aspx> >.

UNITED NATIONS (UN) – United Nations and World Bank, Pathways for Peace: Inclusive Approaches to Preventing Violent Conflict (Washington, DC: World Bank, 2018), <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/28337>.

UNITED NATIONS (UN) – Diálogo Frank e Sincero Vital para Acabar com a Crise Política Prolongada na Guiné-Bissau Top Oficial das Nações Unidas Diz ao Conselho de

Segurança. 2016. Disponível em WWW:< <https://www.un.org/press/en/2016/sc12245.doc.htm> >.

UNITED NATIONS (UN) – Guidance Note of the Secretary-General, United Nations Approach to Transitional Justice. 08 de março de 2010.

UNITED NATIONS (UN) – Securing peace and development: the role of the United Nation in supporting security sector reform. 2008. Disponível em WWW:<http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/62/659 >.

UNITED NATIONS (UN) – An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peacekeeping (Report of the Secretary-General pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992). 1992. UN Doc A/47/277-S/2411. 17 de junho de 1992. Disponível em: WWW:<<http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html> >.

UNITED NATIONS REGIONAL INFORMATION CENTRE FOR WESTERN EUROPE - *Catarina Furtado faz apelo para a eliminação da Mutilação Genital Feminina*. 2019. Disponível em WWW:< https://www.youtube.com/watch?v=8e85OStcI_Q >.

UNITED NATIONS (UN) – Human Security Report: War and Peace in the 21st Century, 2005.

VIEGAS – A crise no PAIGC: um prelúdio à guerra? Soronda. *Revista de Estudos Guineenses*, Número Especial 7 de Junho, INEP, 2013, p. 11-24.

WALTZ, Kenneth N. – *Theory of International Relations. Reading*. London, Amsterdam, Dop Mills, Sydney: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WIDNER, J. - Constitution writing and conflict resolution. *The Round Table*. 94/381, 2005, pp. 503–18.

WORLD BANK – *World Development Indicators*. Washington, D.C: World Bank, 2018. Disponível em WWW:< <http://data.worldbank.org/> >.

WORLD FOOD PROGRAM – Guinea Bissau. 2018. Disponível em WWW:< <https://www1.wfp.org/countries/guinea-bissau> >.

ZEVERINO, Guilherme – O conflito político-militar na Guiné-Bissau (1998-1999). Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Centro de Documentação e Informação, 2005